



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

INÊS MARIA BATISTA DE FRIAS

**O ITAMARATY EM TRANSFORMAÇÃO: EVOLUÇÃO DO ORGANOGAMA,
REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E DIREITOS HUMANOS**

João Pessoa

2024

INÊS MARIA BATISTA DE FRIAS

**O ITAMARATY EM TRANSFORMAÇÃO: EVOLUÇÃO DO ORGANOGRAMA,
REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E DIREITOS HUMANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção de título de bacharel
em Relações Internacionais pela Universidade
Federal da Paraíba (UFPB)

Orientador: Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques
Ferreira

João Pessoa
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F897i Frias, Ines Maria Batista de.

O Itamaraty em transformação: evolução do organograma, redemocratização brasileira e direitos humanos / Ines Maria Batista de Frias. - João Pessoa, 2024.

53 f. : il.

Orientação: Túlio Sérgio Henriques Ferreira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Política externa. 2. Ministério das Relações Exteriores. 3. Redemocratização. 4. Direitos Humanos.
I. Ferreira, Túlio Sérgio Henriques. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

Elaborado por ANA CLAUDIA LOPES DE ALMEIDA - CRB-15/108

INÊS MARIA BATISTA DE FRIAS

**O ITAMARATY EM TRANSFORMAÇÃO:
EVOLUÇÃO DO ORGANOGAMA, REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E
DIREITOS HUMANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
como requisito parcial para obtenção do grau
de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 19 de abril de 2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **TULIO SERGIO HENRIQUES FERREIRA**
Data: 29/04/2024 11:37:51-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira.– (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 **XAMAN KORAI PINHEIRO MINILLO**
Data: 29/04/2024 22:38:49-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dra. Profa. Dra. Xaman Korai Pinheiro Minillo
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 **MARCOS ALAN SHAIKHZADEH VAHDAT FERREIRA**
Data: 29/04/2024 20:32:18-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho não seria possível sem a presença e apoio de pessoas especiais. Agradeço primeiramente à Deus, por ter me dado forças durante esse processo. Agradeço imensamente o apoio incondicional de toda minha família, por todo sacrifício e empenho que colocam para melhorar minha vida. Wilton, Patrícia e Izabel, sem vocês eu nada seria. Para além de todos os ensinamentos sobre a vida e caráter, graças aos meus pais sempre tive acesso a educação da melhor maneira possível, essa foi a base que me permitiu chegar à graduação. Deixo registrado aqui o quanto sou grata por sempre me incentivarem a ser uma pessoa melhor e por me apoiarem incondicionalmente. Agradeço a minha Tia Wilma e família, por todo apoio e força ao longo de toda minha vida. A contribuição ímpar ao longo desta graduação sempre será lembrada. Ao meu querido amigo Anderson, que mesmo à distância se fez presente durante toda graduação diariamente, meu muito obrigada por me escutar e nunca me deixar sozinha. Por ser um corretor, amigo, apoiador e, também, por dividir as alegrias e angústias da vida desde 2018, sem você meus dias não seriam os mesmos. Igualmente, agradeço a minha família adotiva em João Pessoa com quem compartilhei dores, anseios, risadas e incontáveis bons momentos nesses últimos 5 anos. Sem vocês minha trajetória no curso e nesta cidade seria completamente diferente, muito obrigada por tudo Allyne, Djalma, Helena, Ana Luiza, Késsia e Vívian. Aos meus queridos amigos de décadas Uelington e Sabrina, que mesmo de longe sempre estiveram presentes e sempre me apoiaram, muito obrigada por permanecerem ao meu lado e por podermos compartilhar tantas fases bonitas desta vida. À Solange por todas as agradáveis viagens de retorno à Bezerros durante a graduação, pelas palavras de força e por ser alguém com quem pude contar em João Pessoa, muito obrigada. Agradeço a quem sempre tive grande admiração no âmbito acadêmico, ao professor Túlio por ter aceitado ser orientador deste trabalho. E igualmente, deixo meus agradecimentos à professora Xaman e ao professor Marcos Alan por terem aceitado participar da banca e avaliar este trabalho, sei que com a bagagem que possuem proporcionaram contribuições necessárias para melhor adequação do trabalho. Por fim, agradeço a todos que indiretamente foram essenciais para essa jornada em João Pessoa, não foi fácil sair do interior de Pernambuco para estudar, mas a contribuição e apoio de diversas pessoas deixaram essa fase mais leve.

RESUMO

O Ministério das Relações Exteriores é uma instituição chave na condução da política externa do Brasil, e sua estrutura organizacional foi moldada pelas mudanças políticas ao longo dos anos. Com a redemocratização, houve uma necessidade de adaptação e reformulação da inserção internacional do Brasil, principalmente em relação à promoção de valores democráticos e direitos humanos no cenário internacional, o que trouxe mudanças no Itamaraty e no repertório diplomático do Brasil. A trajetória histórica do organograma do Itamaraty demonstra como a conjuntura política, interna e externa, trouxe novos contornos à instituição. Através da revisão bibliográfica, esta análise destaca a capacidade de adaptação do Itamaraty às novas realidades políticas e a importância de compreender como as mudanças institucionais influenciaram a diplomacia brasileira na promoção de valores democráticos e direitos humanos, delineando a evolução histórica do Ministério das Relações Exteriores e as mudanças na estrutura da instituição, especialmente durante o período de redemocratização e a década de 90.

Palavras-chave: Política externa, Ministério das Relações Exteriores, redemocratização, direitos humanos

ABSTRACT

The Ministry of Foreign Affairs is a key institution in Brazil's foreign policy, and its organizational structure has been shaped by political changes over the years. With the democratization process, there was a need for adaptation and reformulation of Brazil's international insertion, particularly regarding the promotion of democratic values and human rights on the international stage, which brought changes to the Itamaraty and Brazil's diplomatic repertoire. The historical trajectory of Itamaraty's organizational chart demonstrates how the political, both internal and external, context has brought new contours to the institution. Through bibliographic review, this analysis highlights Itamaraty's ability to adapt to new political realities and the importance of understanding how institutional changes have influenced Brazilian diplomacy in promoting democratic values and human rights. It delineates the historical evolution of the Ministry of Foreign Affairs and the changes in its structure, particularly during the redemocratization period and the 1990s.

Key words: Foreign policy, Ministry of Foreign Affairs, redemocratization, human rights

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES NA DIPLOMACIA BRASILEIRA: UMA BREVE REVISÃO DO IMPÉRIO À REDEMOCRATIZAÇÃO (1808- Séc. XX 20).....	15
2.1 Ministério das Relações Exteriores durante o período imperial: desafios e avanços.....	15
2.2 Itamaraty em meio às transformações políticas e sociais do século XX.....	21
2. O ITAMARATY DA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA (1964- 1988).....	28
3.1 Conjuntura do período pré redemocratização.....	28
3.2 A redemocratização e a política externa.....	35
3. O ITAMARATY E OS DIREITOS HUMANOS.....	38
3.1 Direitos humanos.....	38
3.2 Direitos Humanos, Política Externa Brasileira e o Itamaraty (1990).....	43
4. CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS.....	50

Lista de abreviaturas e siglas

PEB- Política Externa Brasileira

PE- Política Externa

PEI- Política Externa Independente

IRBr- Instituto Rio Branco

ONU- Organização das Nações Unidas

OEA- Organização Dos Estados Americanos

GATT- Acordo Geral de Tarifa e Comércio

ONG'S- Organizações Não Governamentais

EUA- Estados Unidos

SI- Sistema Internacional

MRE- Ministério das Relações Exteriores

FHC- Fernando Henrique Cardoso

CDH- Comissão de Direitos Humanos

CIDH- Comissão Interamericana de Direitos Humanos

PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos

INTRODUÇÃO

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) desempenha um papel crucial na condução da política externa do país. Cortês (2010) destaca que o presidente está incumbido, pela Carta Magna de 1988, da responsabilidade de fixar as diretrizes da política externa, e ao Ministério das Relações Exteriores se destina a função de assessorar o Chefe da República. Através dos anos, desde a fundação do MRE datada de 1808, o Itamaraty passou por diversas transformações e adaptações para responder aos desafios e demandas de cada administração presidencial e das transformações no contexto interno e externo (Castro; Castro 2009). Em particular, o período de redemocratização do Brasil representou um marco de transição e tal fenômeno se refletiu na política externa do país. Um exemplo significativo desse impacto pode ser observado na inclusão da temática dos direitos humanos na agenda diplomática brasileira durante a redemocratização, evidenciando a adaptação do Itamaraty às novas demandas do Sistema Internacional (SI) resultando em mudanças na estrutura da instituição.

Nesse sentido, é notório que a trajetória do Itamaraty está intrinsecamente ligada aos eventos políticos e sociais que definiram e moldaram a estrutura organizacional da instituição. Diante disso, é importante destacar que os contornos que o Itamaraty tomou a partir da redemocratização em muito diz respeito ao período anterior de autoritarismo. Tendo em vista que o regime militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985 não apenas redefiniu a política interna, mas também teve implicações significativas na política externa do país e na organização do Itamaraty ao servir aos interesses definidos pelos militares.

Segundo Cortês (2010), a adoção de variações, modificações ou reestruturações diplomáticas requer muita cautela, justamente para que não se perca a eficácia de instrumentos tão importantes para todo Estado. Ainda segundo o autor, essas mudanças ocorrem na medida em que o contexto interno e externo sinaliza que há a necessidade de mudança na condução da política externa. Nesse sentido, o período de transição, de regime autoritário para democrático, trouxe as bases para mudanças significativas na estrutura institucional do Itamaraty. O regime militar iniciado em 1964 atravessou o paradigma nacional desenvolvimentista, a flutuação na relação entre Brasil e Estados Unidos, o pragmatismo responsável e o universalismo sob pressão (Vizentini, 1995).

Durante o paradigma nacional desenvolvimentista, as relações comerciais foram enfatizadas na agenda com intuito de aumentar as exportações e a capacidade importadora do país (Cervo; Bueno, 2015). Nesse cenário, houve a centralização do Estado na

industrialização e modernização na economia com o intuito de promover o desenvolvimento econômico e social do país. Já as décadas de 60 e 70 foram convenientes para o pragmatismo responsável, que, segundo Spektor (2004), foi uma expressão da tentativa brasileira de ganhar maior espaço de manobra em um sistema dominado pelas grandes potências, através das mudanças estruturais no SI, tais como declínio relativo da capacidade militar dos Estados Unidos em relação à União Soviética, a ascensão da China e o fortalecimento dos países produtores de petróleo da Opep. O universalismo sob pressão foi caracterizado pela busca de liderança global e presença nos assuntos internacionais, enfrentando as pressões internas e externas devido ao contexto autoritário do regime e à dinâmica geopolítica da Guerra Fria. A década de 80 trouxe mudanças ímpares para o país e através da promulgação da constituição em 1988 foi inaugurada uma nova era na política brasileira.

Nesse contexto, o Itamaraty necessitou se adaptar à realidade da redemocratização e, também, à expansão da globalização e seus efeitos. Assim, é importante ressaltar que os impactos da transição na instituição acompanharam os desafios e incertezas da nova conjuntura interna e externa em transformação, proporcionando, assim, que as mudanças fossem postas em prática nos anos posteriores. Ao consolidar os princípios da democracia e a proteção dos direitos humanos, a Constituição de 1988 desencadeou transformações estruturais significativas e redefiniu o papel do Estado na sociedade. Dessa forma, os efeitos no Itamaraty não ocorreram de forma imediata ou linear. E para compreender essa dinâmica, é essencial examinar as alterações organizacionais no Itamaraty, entender como essas mudanças influenciaram a política externa e avaliar o papel desempenhado pelo ministério na promoção dos valores democráticos e dos direitos humanos.

Ao longo de sua história, o Itamaraty enfrentou uma série de desafios, desde a construção de relações diplomáticas com nações estrangeiras até a defesa dos interesses nacionais. A jornada histórica da fundação do Itamaraty é essencial para compreender as raízes da diplomacia brasileira e as mudanças que a instituição experimentou em resposta aos eventos políticos e às transformações globais. Assim, observar a evolução do organograma do Itamaraty e o processo de redemocratização do Brasil, após a Constituição Federal de 1988, é importante para compreender de que forma as mudanças organizacionais demonstram a capacidade de adaptação da instituição frente às novas realidades políticas e sociais.

Neste contexto, este trabalho busca explorar a evolução do organograma do Itamaraty ao longo do tempo, focando particularmente no período de redemocratização, entre as

décadas de 1980 e 1990. Compreendendo que o Itamaraty passou por mudanças substanciais em sua estrutura organizacional, refletindo as transformações, e que, para entender plenamente a influência da redemocratização, é crucial investigar como se deram as mudanças no período e quais os legados deixados para a estrutura atual do órgão. Portanto, o trabalho é pautado no intuito de compreender como o período de redemocratização influenciou as mudanças na estrutura organizacional do Ministério das Relações Exteriores. A partir disso, a pergunta de pesquisa central deste trabalho é: “Como se deu a evolução do Ministério das Relações Exteriores e como a promoção de valores democráticos no cenário internacional durante e após o período de redemocratização, com ênfase na proteção dos direitos humanos, impactou mudanças no Itamaraty?”.

O Ministério das Relações Exteriores tem origem datada de 1808, intitulado como Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Atualmente, o Itamaraty possui um detalhado organograma com mais de 10 secretarias subdivididas em assuntos específicos. Compreender as mudanças e reformas na estrutura organizacional que corroboraram para a construção institucional do Itamaraty atualmente é investigar como e em que contexto se deram as modificações, em específico no contexto da década de 1990. Da mesma forma, é buscar analisar de que maneira o Itamaraty reage a direcionamentos políticos dos governos que, por sua vez, são influenciados diretamente pelo contexto interno e externo.

Nesse sentido, compreendendo que a redemocratização foi um período marcado por período de transição interna e, também, por novas transformações no contexto externo, observar as mudanças no Itamaraty durante o período da redemocratização e pós redemocratização, auxilia na avaliação do papel tomado pelo Brasil e como os direcionamentos refletiam os interesses diplomáticos do país na época, com ênfase na promoção dos direitos humanos. Da mesma forma, as mudanças institucionais são relevantes para a análise da política externa brasileira contemporânea ao entender como se deram as reformas que contribuíram para a configuração atual do Itamaraty. Diante disso, a identificação de legados deixados pelas reformas institucionais no órgão auxilia na compreensão mais completa das dinâmicas da política externa brasileira e das implicações das decisões organizacionais no contexto diplomático.

Nessa dinâmica, para além do objetivo geral da pesquisa o trabalho contempla os seguintes objetivos específicos:

1. Apresentar a trajetória histórica geral das mudanças institucionais pertinentes ocorridas no Itamaraty desde sua fundação até o período de redemocratização do Brasil.
2. Analisar a atuação do Itamaraty e sua adaptabilidade às diferentes realidades enfrentadas ao longo das diferentes gestões políticas.
3. Identificar as principais mudanças ocorridas na estrutura interna do Itamaraty que estiveram relacionadas à promoção de valores democráticos e à defesa dos direitos humanos durante o processo de redemocratização.
4. Avaliar o resultado e o impacto dessas mudanças na organização do Itamaraty.

Para alcançar os objetivos, a presente pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro traz uma breve revisão da evolução histórica do MRE desde sua fundação até o séc. XXI, apresentando as principais mudanças ao longo da formação institucional do Itamaraty que corroboram para a ramificação e expansão da instituição, situando o leitor a respeito da construção do MRE enquanto instituição responsável pela execução da política externa brasileira. O segundo aborda a conjuntura pré redemocratização, passando pelos governos autoritários e o período de redemocratização, auxiliando na visualização da adaptação do Itamaraty frente aos governos e épocas distintas. O terceiro inclui a discussão sobre a construção e evolução da temática sobre direitos humanos à nível internacional e a inclusão e influência desta pauta na política externa brasileira e no Itamaraty durante o período pós redemocratização do Brasil.

A pesquisa adota uma abordagem de natureza qualitativa e explicativa e a partir disso, a coleta de dados foi realizada através de revisão bibliográfica e fontes primárias. Para analisar a evolução e mudanças institucionais no Itamaraty desde sua origem até o período de redemocratização, a abordagem aqui proposta visa entender as relações entre a redemocratização e as mudanças institucionais no Ministério das Relações Exteriores.

A seleção dos textos foi feita a partir de material físico e de pesquisas nas plataformas online: Google Scholar, Scielo e acervos de Universidades, entre elas Universidade Federal de Pernambuco e USP. Para localização dos textos foram utilizadas as seguintes palavras-chave: Itamaraty, direitos humanos; Redemocratização; Política Externa; Ministério das Relações Exteriores; Organograma; Ditadura Militar; ONU. Para o mapeamento do

desenho histórico abordado ao longo do trabalho foi realizada a revisão bibliográfica dos textos expostos no quadro 1.

Com o intuito de elucidar a evolução do Itamaraty desde seu surgimento, foi utilizado principalmente os textos de Castro (1983), Soares (1983) e Castro; Castro (2009) que remontam as origens do Ministério das Relações Exteriores, sua evolução institucional e modificações ao longo dos diferentes período históricos do Brasil. Abordando as principais transformações na construção institucional do Itamaraty, devido a delimitação da pesquisa, a seleção das mudanças foi realizada a partir da análise do material histórico fornecido pelos autores citados, Castro (1983) e Soares (1983). Igualmente, as obras de Lafer que compõem o quadro 1 complementam o pensamento acerca do Itamaraty, bem como aprofundam a questão a respeito dos valores democráticos e à defesa dos direitos humanos. Simultaneamente, a obra de Cortês (2010), trata do período de redemocratização abordando, também, a evolução do repertório diplomático do Brasil e as mudanças em razão da importância dos valores democráticos na inserção internacional do país no período de redemocratização e pós redemocratização.

Quadro 1: Principais trabalhos utilizados na revisão bibliográfica da temática

Título	Autor	Ano de publicação
História da Organização do Ministério das Relações Exteriores.	Flávio Castro	1983
Organização e Administração do Ministério dos Estrangeiros.	Álvaro Soares	1983
Itamaraty: dois séculos de história da organização do Itamaraty.	Flávio Castro; Francisco Castro	2009
Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação.	Celso Lafer	2018
A ONU e os direitos humanos.	Celso Lafer	1995
A política externa do governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção	Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes	2010

internacional do Brasil sob o signo da democracia.		
--	--	--

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Ao mesmo passo que a análise do material envolveu a coleta e avaliação de textos relacionados às mudanças institucionais no Itamaraty, a redemocratização e os direitos humanos, também foi dada ênfase à utilização de documentação primária, em especial a Constituição Federal de 1988 e os decretos. Isso inclui esses principais documentos oficiais, que ofereceram *insights* diretos sobre mudanças institucionais no Itamaraty, direitos humanos e o período de redemocratização. A relação com o tema da pesquisa e produção foram aspectos primordiais para seleção das fontes incluídas na pesquisa. Trazendo a revisão bibliográfica e fontes primárias, será buscado ao longo do trabalho a evolução institucional do Ministério das Relações Exteriores e a identificação de padrões, tendências e relações entre a questão sobre direitos humanos, a redemocratização e as mudanças institucionais.

1. DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES NA DIPLOMACIA BRASILEIRA: UMA BREVE REVISÃO DO IMPÉRIO AO SÉC. XX (1808- Séc. XX 20)

1.1 Ministério das Relações Exteriores durante o período imperial: desafios e avanços da estruturação da instituição

Para o Brasil, o papel do Ministério das Relações Exteriores (MRE) vai além da simples representação do país e da execução da política externa. Cortês (2010), ao citar Roberto Abreu Sodré, enfatiza que a diplomacia é o desempenho da política em seu sentido mais universal e que requer qualidades de entendimento, negociação e persuasão. O papel da diplomacia do MRE demonstra que, ao longo de sua história e evolução, é uma instituição que representa o reflexo das aspirações nacionais, dos embates políticos internos e da construção de estratégias adotadas e adaptadas para buscar o melhor posicionamento para o Brasil no cenário externo em constante transformação. Para Lafer (2002), a tarefa da política externa é traduzir necessidades internas em possibilidades externas para ampliar o poder de controle de uma sociedade sobre o seu destino.

Ainda, segundo Lafer (2018), a autoridade do Itamaraty é sustentada pela coerência em suas ações diplomáticas, conforme defendido por San Tiago Dantas. Isto posto, Lafer (2018) destaca a importância da tradição, inovação e credibilidade na diplomacia, elementos que geram confiança e respeito mútuo no cenário internacional. Nesse sentido, no contexto democrático, essas qualidades são ainda mais fundamentais pois estão estreitamente relacionadas às transformações da realidade interna do país (Lafer, 2018). Traduzindo esses fatores, têm-se a tradição que refere-se aos valores e princípios consolidados ao longo do tempo na condução das relações exteriores do país através da instituição. A inovação representa a capacidade intrínseca do MRE de adaptar-se às mudanças no cenário internacional e de buscar novas abordagens e soluções para os desafios contemporâneos, tanto internos como externos. E tal como a primeira afirmação de Azeredo da Silveira em seu discurso de posse, “a melhor tradição do Itamaraty é saber renovar-se” (Silveira, 1975). Já o terceiro elemento, a credibilidade, é essencial para garantir a confiança na condução da política externa brasileira (Lafer, 2018).

Ricupero (2017) caracterizou a diplomacia como “fio inseparável da trama da história nacional”. Segundo o autor, em muitas das principais etapas da evolução histórica brasileira,

as relações exteriores desempenharam papel decisivo. Nesse sentido, observar o desenvolvimento do MRE, suas raízes históricas e seu papel na construção da identidade nacional, se torna ainda mais imperativo ao permitir a compreensão sobre como as estruturas, práticas e valores do Itamaraty foram moldados ao longo do tempo em conjunto com a história do país. Com isso, ao analisar os desafios e sucessos enfrentados pelo Itamaraty em diferentes períodos históricos, há o arcabouço para identificar padrões e tendências que continuam a influenciar sua atuação.

A evolução do Ministério das Relações Exteriores, ao longo das décadas, reflete a complexidade das relações internacionais, as transformações globais e as dinâmicas internas do país. Acompanhar desde o surgimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, primeira denominação da instituição, até a robusta estrutura atual do órgão, de acordo com Castro (1983), é acompanhar o desenvolvimento de um ser vivo. Nas palavras do autor “A princípio simples, monocelular, com funções rudimentares, que foi crescendo, dividindo-se multiplicando-se e agrupando em torno de polos.” (Castro, 1983, p. 15). Partindo de funções rudimentares, o percurso evolutivo da estrutura organizacional do MRE trouxe a figura do Ministro Secretário de Estado como um agente central. Ao longo desse processo evolutivo, o Ministro foi progressivamente sendo acompanhado por um número crescente de auxiliares, cada um dotado de habilidades e encargos específicos (Soares, 1983). Esse desenvolvimento ilustra a complexidade crescente e a especialização que marcam a trajetória histórica da instituição, evidenciando uma adaptação contínua às demandas e desafios ao longo das décadas desde sua criação.

O término da Guerra dos Trinta Anos, marcado pela assinatura da Paz de Westfália, assinalou um marco crucial no desenvolvimento do direito internacional, cujos princípios foram consolidados pela obra influente de Grotius (Soares, 1984). Nesse contexto, observou-se uma mudança paradigmática na comunicação entre os Estados, que passaram a utilizar meios diplomáticos aprimorados ao longo do tempo visto que os Estados se convenceram de que a diplomacia era o único meio para evitar eventuais conflitos. A partir disso, surgiram as chancelarias diplomáticas, posteriormente designadas como Ministério de Negócios Estrangeiros, simbolizando a institucionalização do processo diplomático (Soares, 1984).

O Ministério das Relações Exteriores tem as suas raízes na vinda de D. João VI ao Brasil que, com o decreto de 11 de março de 1808, criou o Ministério dos Negócios

Estrangeiros e da Guerra (Lafer, 2018). Com a criação do primeiro gabinete de D. João VI, Rodrigo de Souza Coutinho foi nomeado ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. De acordo com Soares (1984), quando D. Pedro I presenciou a partida de seu pai D. João VI para Portugal pela corte, compreendeu que teria de assumir o papel de defensor do Brasil. Ainda segundo Soares (1984), como imperador, D. Pedro I alocou José Bonifácio de Andrada à frente do Ministério dos Estrangeiros, a partir disso começava então a missão de obter diplomaticamente o reconhecimento do governo do Rio de Janeiro pela comunidade internacional. Diante desse contexto, o principal foco da política externa brasileira à época estava na diplomacia em prol do reconhecimento político.

Soares (1984) argumenta que, observando as primeiras medidas de organização dos assuntos de política externa, a maior vantagem da translação da corte portuguesa para o Rio de Janeiro consistiu no assentamento de um vasto arcabouço administrativo, o qual, com o passar do tempo, só tendeu a se expandir. Importante ressaltar que José Bonifácio foi um dos maiores defensores da organização e da expansão do serviço diplomático nos albores da vida do império. Nesse cenário, através dos primeiros passos de política externa do território brasileiro, os contatos estabelecidos pelo império do Brasil com as demais nações do mundo impuseram ao governo a necessidade importante de priorizar o propósito inadiável de melhoria da organização e administração do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Nessa conjuntura, de acordo com Lafer (2018), o Ministério das Relações Exteriores, por ser uma expressão de soberania, está ligado à criação do estado nacional e à existência do Brasil enquanto país independente. Assim, desde os primórdios da criação do Reino do Brasil, bem como da independência, a diplomacia tem sido fundamental para a consolidação do Brasil como uma nação soberana e independente no contexto internacional. O MRE traz consigo em sua origem as raízes históricas da diplomacia brasileira, a afirmação da soberania nacional, a promoção do interesse nacional e a contribuição para a identidade nacional. Em resumo, a trajetória do MRE reflete não apenas a evolução da política externa brasileira, mas também sua profunda ligação com a construção e afirmação da soberania nacional e identidade brasileira.

Um dos nomes de maior destaque na construção do MRE é José Bonifácio. Segundo Castro (1983), José Bonifácio foi fundamental na implementação das primeiras medidas para estabelecer um núcleo administrativo autônomo com funções específicas, visando assessorá-lo nos assuntos estrangeiros. Suas ações incluíram a criação de regulamentações

relacionadas a passaportes para estrangeiros, cerimonial, emolumentos consulares e despachos de navios, além de iniciar a organização de uma Secretaria de Estado para os Negócios Estrangeiros. Adicionalmente, Castro (1983) ressalta que foi ele que designou o primeiro agente consular para Buenos Aires e, de ainda maior destaque, por meio do Decreto de 2 de maio de 1822, separou a Secretaria de Negócios Estrangeiros da Secretaria da Guerra, lançando assim as bases para a estruturação do serviço diplomático brasileiro. Nesse sentido, José Bonifácio foi um dos líderes políticos e diplomáticos que desempenhou um papel essencial na organização e expansão do serviço diplomático brasileiro durante o período inicial da construção basilar da instituição.

As medidas implementadas por José Bonifácio foram essenciais para a evolução da estrutura diplomática e funcionamento do MRE ao longo do século XIX, nesse primeiro momento do Brasil imperial. O período após a influência de José Bonifácio marcou uma nova fase de renovação na política externa brasileira, com destaque para a figura de Sepetiba, intitulado como um dos principais renovadores do Ministério dos Negócios Estrangeiros. De acordo com Soares (1984), em sua gestão entre 1833 e 1843, Sepetiba demonstrou uma visão previdente ao enfrentar questões internacionais delicadas, especialmente relacionadas à região amazônica. Como resultado de sua atuação, foi capaz de defender os interesses brasileiros, garantindo uma área de aproximadamente 800 mil quilômetros quadrados (Soares, 1984). Para além de suas ações no âmbito internacional, Sepetiba, assim como outros nomes de destaque dentro da instituição, tornou-se um defensor fervoroso de reformas urgentes e necessárias no MRE. Soares (1984) menciona que o historiador Mário de Vasconcelos destacou a importância das ações de Sepetiba, ressaltando que ele iniciou um plano de ação que só seria superado por Rio Branco décadas depois.

De acordo com Soares (1984), consciente das mudanças ocorridas no cenário internacional, especialmente com os avanços no serviço público de potências como a Inglaterra, França e Prússia, Sepetiba reconheceu a necessidade de modernizar o serviço diplomático brasileiro. No entanto, apesar do desejo de modernização, o império brasileiro enfrentava turbulências políticas internas. Enquanto buscava consolidar-se como um império liberal e conquistar prestígio entre as nações, ficou claro que uma reforma administrativa no Ministério dos Negócios Estrangeiros era essencial para atingir tais objetivos. Soares (1984) destaca que Maciel Monteiro, ministro dos Negócios Estrangeiros à época, reconheceu a urgência dessas reformas e traçou um plano abrangente de reestruturação administrativa. Seu relatório de 1838 delineou um conjunto de novos serviços e enfatizou o desenvolvimento de

áreas específicas, e, incluindo, o primeiro concurso para diplomatas e cônsules, visando à modernização e eficiência do serviço diplomático brasileiro. Assim, sob a liderança de Sepetiba e o impulso de Monteiro, iniciou-se um período de reformas cruciais que moldaram as bases para o melhor funcionamento do MRE e da execução da política externa brasileira.

Sob a liderança do conselheiro Paulino José Soares de Souza, Visconde do Uruguai, entre 1849 a 1853 e de 1857 a 1858, o Ministério dos Negócios Estrangeiros passou por um período de significativas mudanças e reformas no século XIX. Enfrentando o agravamento dos problemas na região do Prata e dificuldades financeiras, Paulino concentrou seus esforços tanto na gestão das questões internacionais, especialmente na bacia do Prata. Apesar dos desafios territoriais na Amazônia e nas relações com potências estrangeiras, Paulino iniciou um processo abrangente de reforma, admitindo a necessidade de modernização e adequação do Ministério às demandas contemporâneas à época (Soares, 1984). Em meio aos crescentes desafios, a política externa brasileira sob a liderança de Paulino destacou-se pela prudência. Soares (1984) destaca que um importante marco desse período foi a Lei nº 614 de 22 de agosto de 1851, que lançava as bases para organizar o corpo diplomático brasileiro e foi iniciativa direta do conselheiro Paulino. A lei visava estabelecer as classes diplomáticas, suas funções específicas e os critérios para salários e demissões, além de definir as atribuições dos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, desempenhando um grande e importante passo na atualização e aprimoramento do serviço diplomático do Brasil.

Na gestão de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde de Rio Branco, entre 1855 a 1857 e de 1871 a 1875, segundo Castro (1983), a urgência dessa reestruturação administrativa no aparato estatal era evidente, e a proposta era implementá-la de forma abrangente, incluindo todas as secretarias de diferentes ministérios em conjunto. Assim, o decreto nº 2.358, de 19 de fevereiro de 1859 deu nova organização à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, e ficou conhecido como Regulamento de Paranhos. Pela reforma de Paranhos, o número total de pessoal lotado na Secretaria de Estado foi elevado de 24 para 34. A nova reforma pelo Regulamento Paranhos foi criado o cargo de Consultor. Além disso, Castro (1983), destaca as divisões que foram adicionadas ao ministério: a Seção Dos Negócios Políticos e do Contencioso; a Seção Dos Negócios Comerciais e Consulares; a Seção Da Chancelaria e Arquivo; e, por fim, a Seção De Contabilidade

Apesar do crescimento durante a reforma de Paranhos, a administração seguinte, visando a redução de despesas, realizou a diminuição de pessoal. No ano subsequente, outras

secretarias foram reestruturadas, entretanto, se manteve a estrutura orgânica estabelecida anteriormente pelo Visconde de Rio Branco com modificações específicas nos cargos e nas matérias regulamentadas (Soares, 1984). Esses fatores demonstram a importância da divisão realizada em Paranhos pois evidencia a evolução das ramificações do MRE partindo de apenas uma figura central para o aumento e distribuição de funcionários por setores. A história, principalmente a transição do Brasil de uma monarquia para uma república no final do século XIX, desempenhou um papel crucial na formação da identidade internacional do país. Segundo Lafer (2004), durante a fase monárquica, o Brasil foi singularmente posicionado como um império entre repúblicas na América Latina, situação que mudou com a instauração da República. Com a virada do século em 1902, inicia-se a gestão de um nome que ficaria marcado e intrinsecamente ligado ao Ministério das Relações Exteriores. O Barão do Rio Branco contribuiu significativamente para o fortalecimento das instituições diplomáticas do país, deixando um legado duradouro no MRE que perdura até os dias atuais.

Em resumo, é válido observar as fases de evolução do MRE através das lentes de Cheibub (1984), que em parte de sua dissertação de mestrado de 1984 sob o título de “Diplomacia, Diplomatas e Política Externa”, explora e faz a distinção dos períodos de desenvolvimento da instituição. O autor subdivide as fases do processo histórico em: Período Patrimonial - Diplomacia imperial (1822- final séc. XIX); Momento Carismático- O Barão do Rio Branco (início séc. XX); e, por fim, Período Burocrático Racional (final década de 1910 - atual). Através da nomenclatura dos períodos pode-se observar nitidamente sobre qual conjuntura se debruçam.

Assim, durante o Período Patrimonial, Cheibub (1984) elucida que, durante o período imperial, o MRE e os diplomatas não se diferenciavam de outros setores da administração e da elite nacional. Diante da conjuntura prescrita da época, apesar dos esforços em dotar as carreiras diplomáticas e consulares de uma estrutura burocrática, os traços patrimoniais e o baixo grau de profissionalização do serviço exterior prevaleceram. Entretanto, o autor ressalta que a criação do cargo de Oficial maior durante o período auxiliou na manutenção da tradição diplomática imperial.

Ao fazer a distinção do período imperial para a administração de Rio Branco, Cheibub (1984) traz o destaque para o elemento decisivo para o sucesso das arbitragens internacionais e negociações sobre a fronteira do Brasil, o carisma de Rio Branco. Como o próprio nome traduz, o Momento Carismático teve em seu cerne o carisma da figura do Rio Branco ao lidar

com as questões fronteiriças e os desafios dessa fase. Nesse cenário, o papel central do Rio Branco enquanto líder político foi fundamental na definição e condução da política externa bem como da evolução da estrutura do MRE da época.

Já o período Burocrático Racional engloba a fase que se inicia em 1910, e trazem as reformas administrativas que iniciam o processo de transformação do Itamaraty em uma estrutura, como o nome do período indica, racional e burocrática (Cheibub, 1984). Nesse contexto, Cheibub (1984) destaca que não foi um movimento exclusivo do Itamaraty, mas sim de todo Estado, onde houve uma modernização do Estado Brasileiro nas décadas pós 1930, e com isso, houve uma tendência à centralização e burocratização de toda administração pública.

1.2 Itamaraty em meio às transformações da conjuntura do século XX

Para além das vitórias diplomáticas que asseguraram a soberania nacional em disputas territoriais com várias nações vizinhas, o Barão do Rio Branco foi um fervoroso defensor da modernização do Ministério das Relações Exteriores, propondo reformas urgentes para adequar a estrutura administrativa às demandas crescentes da diplomacia brasileira. Castro (1983) destaca que, antes mesmo de assumir a Pasta das Relações Exteriores, Rio Branco preconizava uma reforma da Secretaria de Estado, reestruturação que se fazia novamente necessária. Nessa conjuntura, Castro (1983) elucida que Rio Branco enfatizou a necessidade urgente de aumentar o quadro de funcionários e elevar os vencimentos na Secretaria de Estado, citando seus antecessores, Carlos de Carvalho e Dionísio Cerqueira, que já haviam destacado essa urgência em relatórios anteriores. Durante a gestão do Barão do Rio Branco à frente do MRE, diversas mudanças foram implementadas refletindo os avanços diplomáticos e as transformações institucionais ocorridas na época.

No que diz respeito às atribuições, três novas foram acrescentadas, incluindo a redação de Memórias sobre questões diplomáticas do país, a gestão das estampilhas consulares e o protocolo de documentos. Além disso, o cargo de Consultor Jurídico foi restabelecido com suas funções detalhadas e recompensas adequadas. Houve modificações nos Capítulos referentes a vencimentos, licenças, aposentadorias e penas disciplinares, além de especificações sobre o uso do uniforme e designação de funcionários para servir em legações no exterior (Castro, 1983). No campo da rede consular, foram criados novos consulados e vice-consulados, enquanto as categorias das legações foram ajustadas, com a criação de novos postos e remunerações. Alterações na rede consular ocorreram

principalmente por meio de decretos que estabeleceram novas remunerações e categorias para os funcionários. Ademais, o Brasil aderiu a várias convenções e tratados multilaterais, destacando-se a participação em conferências internacionais e a assinatura de acordos bilaterais como tratados de arbitramento e acordos sobre fronteiras, comércio e navegação foram assinados com diversos países, demonstrando a preocupação do Brasil em promover a cooperação e a estabilidade nas suas relações com outras nações (Castro, 1983).

Essas mudanças não apenas refletem os avanços diplomáticos alcançados durante a gestão do Barão do Rio Branco, mas também influenciaram a evolução institucional do Ministério das Relações Exteriores, com a introdução de novos regulamentos e estruturas orgânicas para acompanhar as transformações da época. Para Castro (1983), o legado do Barão do Rio Branco marcou uma época de avanço e robustecimento tanto na história diplomática brasileira, quanto no que diz respeito à estrutura organizacional da instituição. Seu período à frente do Ministério das Relações Exteriores, segundo o autor, foi marcado por uma diplomacia assertiva e habilidosa, que consolidou a posição do Brasil no cenário internacional e estabeleceu importantes precedentes nas questões de fronteiras, relações bilaterais e com a América do Sul.

Além disso, segundo Lafer (2018), o prestígio e a autoridade do Itamaraty são mantidos em parte pela aura associada ao legado do barão do Rio Branco, um construtor institucional notável. Rio Branco consolidou os esforços internos e externos do Império na preservação da unidade nacional, especialmente ao estabelecer as fronteiras do país por meios diplomáticos e jurídicos. Para Lafer (2018), esta ligação com Rio Branco fortalece a percepção do Itamaraty como a "Casa de Rio Branco", uma instituição de importância histórica para o Brasil. Contudo, à medida que as décadas avançavam, o Brasil se viu imerso em mudanças políticas e sociais significativas, que lançaram o país em um período de transição turbulento afetando, consequentemente, o MRE.

Após o período de avanços sem precedentes no MRE durante a gestão do Barão do Rio Branco, o percurso do Ministério continuou a se desenrolar em meio a transformações e desafios. Durante o período entre as guerras mundiais, o Brasil enfrentou uma série de empasses no cenário internacional, incluindo sua participação na Liga das Nações e os impactos econômicos da Crise de 1929. Assim como nos demais momentos instáveis, o MRE trouxe a adaptabilidade como habilidade inerente de se ajustar e progredir ao longo do tempo, em sintonia com as mudanças no âmbito global e as demandas internas do Brasil. Em

conformidade com este fator, durante esse período, o Itamaraty passou por processos de reestruturação e reorganização interna para melhor se adaptar às demandas do cenário internacional envolvendo a revisão de políticas, procedimentos, estruturas administrativas e expansão do corpo diplomático (Castro, 1983).

Sob o regime autoritário de Getúlio Vargas, durante a chamada Era Vargas, o país adotou uma política externa marcada pelo pragmatismo e pela busca por uma posição de maior destaque no cenário mundial. Segundo Ricupero (2017), o período da Era Vargas, de 1930 a 1945, marcou uma fase de transição no Brasil, preparando o terreno para a configuração do país contemporâneo. Durante esses anos, foram implementados arranjos institucionais como a Constituição de 1934 e a Carta de 1937, concebidos com uma duração transitória em busca de uma forma definitiva. No entanto, a tentativa de estabelecer um Estado Novo não resistiu à queda do fascismo, que serviu de inspiração parcial para suas instituições.

Ricupero (2017) enfatiza que, do ponto de vista diplomático, houve uma continuidade inicial com o passado recente até 1937, quando a crise mundial mudou a agenda para questões relacionadas à iminência do conflito mundial e aos desafios enfrentados pelo Brasil em relação à guerra e às alianças em confronto. Os primeiros chanceleres da era Vargas lidaram principalmente com problemas de relacionamento com os vizinhos e conflitos regionais (Ricupero, 2017). Esses eventos exigiram mediação e esforços diplomáticos por parte do Brasil, especialmente após a instauração do Estado Novo e durante os anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial. Diante desse cenário, para Ricupero (2017), Oswaldo Aranha, principal articulador da Revolução de 1930, ministro da Fazenda (1931-1934), embaixador em Washington (1934-1937) e ministro das Relações Exteriores (1938-1944), já estava predestinado a tornar-se a figura dominante da diplomacia brasileira da década, pelo fato de se distinguir de seus predecessores por ser realmente um homem dos novos tempos.

Durante a Guerra Fria, o Brasil se viu cada vez mais envolvido nas dinâmicas geopolíticas entre os blocos liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética. É pertinente ressaltar que, como Castro (1983) destaca, durante a gestão de Pedro Leão Velloso (1945-1946), o Decreto-lei nº 8.324, de 8 de dezembro de 1945, pela primeira vez definiu, através de lei, as funções do Ministro de Estado e do Ministério das Relações Exteriores por ele chefiado. O Ministro foi estabelecido como o auxiliar do Presidente da República na

direção da política exterior do Brasil, enquanto o Ministério das Relações Exteriores foi delineado como o órgão encarregado de auxiliar e assessorar a execução da política externa do país. Essa definição consolidou o Itamaraty como o principal órgão responsável pela condução da política externa brasileira. A Reforma Leão Velloso introduziu alterações na organização interna do Ministério, incluindo a criação de novos órgãos como a Seção de Segurança Nacional, a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes e o Instituto Rio Branco (Castro, 1983).

Igualmente, a Secretaria de Estado foi estabelecida como o órgão central de administração do Ministério, com a responsabilidade de auxiliar o Ministro de Estado na direção e execução da política exterior, na gestão dos negócios relacionados à pasta e na orientação dos Serviços Diplomático e Consular. Ademais, foram promovidas mudanças na carreira de Diplomata e no pessoal do Ministério das Relações Exteriores, visando aprimorar o funcionamento e a eficiência do órgão. Essas medidas contribuíram para fortalecer a estrutura e o funcionamento do Itamaraty, consolidando-o como o principal instrumento de atuação do Brasil no cenário internacional (Castro, 1983).

Ainda, durante o período pós segunda guerra mundial, houve a reforma do sistema de ingresso na carreira de Diplomata, promovida pelo Decreto-lei nº 9.032, de 6 de março de 1946, que transformou o Instituto Rio Branco (IRBr) em uma Academia Diplomática. O ingresso na carreira continuou sendo por concurso e seleção após o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. O IRBr assumiu o papel de formação e aperfeiçoamento dos diplomatas, com cursos específicos. Além disso, houve a reforma da organização do MRE, delineando novas estruturas nos departamentos e serviços, e a reforma do pessoal, impondo restrições ao ingresso na carreira e estabelecendo critérios para promoções (Castro, 1983).

O período entre 1945 e 1960 trouxe transformações notáveis no cenário global após a Segunda Guerra Mundial. Eventos geopolíticos significativos, incluindo a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), a Guerra Fria, a descolonização na Ásia e na África, e o desenvolvimento tecnológico, como o lançamento do primeiro satélite artificial, o Sputnik, em 1957 afetaram a atuação da diplomacia brasileira. Castro (1983), cita a participação do Brasil em conferências internacionais e a necessidade de reestruturação dos Ministérios das Relações Exteriores em todo o mundo para lidar com a nova ordem global. Destaca-se também as iniciativas diplomáticas do Brasil, como a proposta de cooperação entre as nações americanas, conhecida como Operação Panamericana. No âmbito do

Itamaraty, foram criados novos órgãos, como o Serviço de Relações com o Congresso e a Comissão de Coordenação da Política Econômica Exterior, visando melhorar o assessoramento legislativo e lidar com questões econômicas internacionais, além disso, houve a expansão do Serviço Consular (Castro,1983).

Importante destacar o fato da criação da ONU, em 1945, que representou um marco crucial na história das relações internacionais, durante o período de transformações expressivas no SI. A ONU, estabelecida com o propósito de promover a paz, a cooperação internacional e, incluindo também a proteção dos direitos humanos, rapidamente se tornou um ator central na diplomacia mundial. Para o MRE, a ascensão da ONU representou tanto desafios quanto oportunidades. Por um lado, o país se viu integrado a uma comunidade internacional mais organizada e com mecanismos institucionais para resolução pacífica de conflitos e promoção do desenvolvimento global. Já por outro lado, a participação ativa do Brasil na ONU exigiu uma reavaliação, mais uma vez, de suas políticas externas para se alinhar aos princípios e objetivos da organização.

A década de 60 já se inicia com a Reforma do Ministério das Relações Exteriores, consubstanciada na Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que, para Castro (1983), foi sem dúvida, a mais elaborada reforma havida na organização do Itamaraty. A reforma liderada por Afonso Arinos de Mello Franco no MRE incluiu a criação de novos órgãos e a reorganização interna, como os Departamentos Político, Econômico, Cultural, Consular e Administrativo, visando uma distribuição mais eficiente das responsabilidades. Foi estabelecida uma Comissão de Planejamento e Coordenação para elaborar estratégias de política externa, enquanto medidas foram tomadas para ampliar e especializar os quadros dos funcionários, introduzir critérios nas promoções e descentralizar a máquina administrativa, promovendo assim uma maior autonomia na tomada de decisões em diferentes áreas.

Castro (1983) enfatiza que, durante a tumultuada década de 1960, marcada por tensões e conflitos internacionais, a sólida e flexível estrutura implementada no Itamaraty, através do Regulamento Orgânico de 1961, revelou-se capaz de processar eficientemente o volume cada vez maior de trabalho, garantindo a coesão e determinação na formulação de uma política externa voltada para os interesses permanentes do país. Ademais, essa estrutura resistiu bem aos desafios e passou por ampliações significativas em 1967-1969, durante os governos de Artur da Costa e Silva e do Ministro Magalhães Pinto (Castro, 1983). No cenário internacional, a década foi marcada pela independência de diversos países africanos, a criação

da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Consequentemente, diante desse cenário, o Brasil expandiu sua presença diplomática com a abertura de várias embaixadas e consulados em todo o mundo, respondendo às mudanças geopolíticas e às demandas externas.

Importante ressaltar que ao longo dos anos do regime militar, que inicia-se com o golpe de 1964, a Política Externa Brasileira (PEB) estava intrinsecamente conectada às relações entre o Brasil e os Estados Unidos, que foram marcadas por uma busca por autonomia e desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que se mantinha uma relação estratégica com o país e se buscava ampliar parcerias no âmbito multilateral. O Brasil estabeleceu laços mais estreitos com os Estados Unidos (EUA), especialmente durante a ditadura militar que se instalou em 1964. Esse período foi caracterizado por um alinhamento com as políticas dos Estados Unidos e uma postura de repressão interna, que influenciou diretamente a PEB.

No entanto, mesmo durante os anos de regime militar, houve tentativas de manter uma Política Externa Independente (PEI), adotada durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart. Essa abordagem buscava maior autonomia e diversificação nas relações internacionais do Brasil, distanciando-se dos alinhamentos ideológicos da Guerra Fria (Cervo; Bueno, 2015). A transição democrática que se iniciou na década de 1970 marcou um momento crucial na história do país e teve impactos significativos na política externa brasileira. A abertura política gradual, as pressões internas e externas pela democratização e a busca por uma postura alinhada, mais democrática e inclusiva foram temas centrais desse período. A situação do Itamaraty nessa transição era de se adaptar, novamente, às novas demandas e desafios de um Brasil em transformação.

Nesse contexto de transformação política, o Ministério das Relações Exteriores enfrentou desafios sem precedentes. A adaptação às novas realidades internas e externas tornou-se imperativa, pois o país buscava proteger seus interesses nacionais em meio a um cenário cada vez mais complexo e instável. As pressões políticas internas, aliadas às demandas e expectativas da comunidade internacional, colocaram o Itamaraty em uma posição delicada, exigindo uma diplomacia flexível para lidar com as novas mudanças em curso. O período da queda da República Velha e o surgimento de novas correntes políticas, juntamente com a crise econômica e social, desencadearam uma fase de instabilidade política e de incerteza no cenário interno do Brasil. O período, denominado pré-redemocratização, foi

marcado por uma série de governos autoritários e regimes ditatoriais, que trouxe inúmeras reformas e restrições às liberdades civis e políticas. O Estado Novo liderado por Getúlio Vargas nos anos 60 e o subsequente regime militar representaram momentos de intensa centralização do poder e repressão das instituições democráticas.

2. O ITAMARATY DA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA (1964- 1988)

2.1 Conjuntura do período pré redemocratização

Nesta seção será discutida a passagem de um dos períodos cruciais da história do Brasil. A transição do regime militar para a democracia trouxe mudanças internas, e, também, uma reconfiguração a respeito da imagem internacional do país que foram indispensáveis à adequação da volta do Brasil democrático. Nesse cenário, para a melhor compreensão do período, é importante remontar a conjuntura histórica na qual se deu os anos anteriores à redemocratização brasileira. Assim, partindo de uma ordem cronológica, serão explorados ao longo desta seção os governos militares e os direcionamentos tomados na PEB até chegar ao período da diplomacia presidencial de José Sarney.

O período pré-redemocrático transpassa um dos momentos mais conturbados da política do país. Aos moldes do golpe de 1964 a sucessão de governos autoritários, nos mais de 20 anos seguintes, trouxe reformas estruturais que marcaram a ruptura com a democracia no Brasil. O contexto internacional do pós segunda guerra mundial trouxe a bipolaridade com a divisão do mundo em dois blocos; houve a formação de organizações internacionais como a ONU e o FMI; e também a ascensão do nacionalismo.

Frente às diferenças entre os governos militares, Haxton e Silva (2021), dividem a atuação do Itamaraty durante o período ditatorial em duas partes, os dez primeiros anos (1964-1974) com o crescente endurecimento e repressão, e os últimos onze anos (1974-1985), baseados na retórica da abertura progressiva. A partir disso, os autores evidenciam que houve o endurecimento e repressão dentro da instituição visto que o Itamaraty, assim como outros órgãos de Estado, sofreu com os efeitos da ditadura militar, onde diplomatas que se opuseram ao regime foram demitidos, sendo quatro em 1964 e treze na vigência do AI- 5, a partir de 1964. Já nos últimos onze anos do período autoritário, embora os servidores da diplomacia ainda continuassem a ser vigiados, houve uma abertura progressiva.

Dentro disso, não se pode excluir a temática dos direitos humanos que foram violados ao longo do período autoritário. Desde o golpe já havia acusações de violação dos direitos humanos no Brasil, mas no final da década de 60 foram acentuadas a nível internacional, especialmente após a implementação do Ato Institucional Número Cinco (AI-5). Isso teve um impacto direto nas práticas institucionais do Itamaraty, que passou a ter que defender o

regime em nível internacional (Roriz 2021). Com a chegada de Ernesto Geisel ao poder na década de 1970, também ressaltado por Haxton e Silva (2021), iniciou-se um processo de abertura que resultou em uma série de medidas que oscilavam entre repressão e apaziguamento. Este projeto de distensão afetou não apenas as políticas internas, mas também a política externa do Brasil. O processo de distensão, longe de ser altruístico, visava principalmente a institucionalização do regime, com um controle político mais rigoroso enquanto a repressão não era totalmente interrompida (Roriz, 2021).

O período que compreende a década de 1960 foram os anos dourados do pragmatismo da Política Externa Brasileira apoiado no nacional desenvolvimentismo. O período que perpassa os governos Médici, Geisel e Figueiredo elucidam o posicionamento do Brasil no sistema internacional sob o regime militar e o início da redemocratização do país. Nesse contexto, é necessário se atentar aos aspectos referentes à conjuntura do período para compreensão da formulação e condução da PEB pelos governos citados. Assim, é importante relembrar as bases da condução da política externa brasileira que, desde o Barão do Rio Branco, foi estabelecida a prioridade das relações do Brasil com os EUA e com a América latina. Nesse sentido, em relação aos EUA, o período dos regimes militares oscilou entre um afastamento e aproximação com o país norte americano. No momento da PEI, foi observado um distanciamento estratégico dos EUA, tendo em vista a multilateralização da PEB na busca por novos espaços de inserção internacional.

É interessante se atentar para a compreensão das pressões norte-americanas no Brasil, que, frente à época da guerra fria, os inimigos dos EUA na América latina se constituíam na oposição ao imperialismo norte-americano articulado principalmente através de movimentos nacionalistas. O governo Médici é marcado pelo milagre econômico, pelo movimento do Brasil em transitar entre país de primeiro mundo e país em desenvolvimento, pelo tripé econômico e pela elaboração de planos nacionais para o desenvolvimento (Gonçalves; Miyamoto, 1993). O contexto em que Médici assume a presidência se situa no momento de altas taxas de crescimento, fator que alimenta a ideia do Brasil se tornar uma potência. Nessa conjuntura, houve a tentativa de dupla inserção internacional do Brasil, circulando entre país industrializado e desenvolvido e entre países em desenvolvimento no terceiro mundo. Apesar de haver pontos de conflito com os EUA, as relações com os EUA foram orientadas novamente, condicionadas pelas novas contradições internas e externas. Nesse momento, a doutrina Nixon que buscava alianças de segurança com potências médias aliadas era posta em prática. Interessante notar que, tendo em vista o contexto de guerra fria e bipolaridade do SI,

a manutenção das relações especiais dos EUA com ditaduras era desconfortável mas não insustentável.

O cenário é diferente quando Geisel assume a presidência, numa conjuntura externa de crise econômica internacional acentuada pelo choque do petróleo. Geisel assumiu a presidência no final do período do milagre econômico e no começo de contestações do regime, em relação à PEB aplica-se no período o chamado pragmatismo responsável que consistia nas atuações diplomáticas pautadas nos alinhamentos indispensáveis (Lima, 2018). Nesse sentido, há a busca por uma atuação mundial, com aproximação da Europa e Japão para contrabalancear a dependência dos EUA. Foram formuladas políticas próprias para China, África e Oriente Médio e, também, foi assinado acordo de cooperação nuclear com a Alemanha.

O governo de Geisel enfrentou pressões tanto da esquerda, que demandava uma democratização mais rápida, quanto da extrema direita, que se opunha à distensão e defendia a manutenção das medidas repressivas (Roriz, 2021). No aspecto econômico, as relações com os EUA sofreram processo de erosão em vista do contexto da época com o protecionismo dos EUA e a necessidade de exportar manufaturados pelo Brasil, que resultou na busca por novos mercados de inserção. Houve pontos de conflito com os EUA, sobre o acordo de cooperação nuclear e a demanda dos EUA em relação aos direitos humanos no Brasil. As pressões exercidas pela potência norte-americana vieram a fortalecer o antiamericanismo dentro das forças armadas.

Os direitos humanos se tornaram uma questão sensível durante esse período. No plano interno, enquanto a esquerda exigia liberdade para presos políticos e o fim da tortura, a extrema direita defendia a continuidade das práticas repressivas. O discurso dos direitos humanos poderia ser usado tanto pela esquerda para criticar o governo de Geisel quanto pela direita para argumentar que o governo estava se afastando dos princípios originais do regime (Roriz, 2021). No âmbito externo, organizações internacionais de direitos humanos, como a Anistia Internacional, desempenharam um papel importante na denúncia das violações cometidas pelo regime militar brasileiro em conjunto com as denúncias dos EUA. O relatório da Anistia Internacional de 1972, que detalhava casos de tortura e abusos cometidos entre 1968 e 1972, teve um impacto significativo na divulgação dessas violações em nível internacional (Roriz, 2021).

Apesar das tentativas do governo brasileiro de proibir a entrada de organizações de direitos humanos no país e de banir menções a essas organizações na imprensa nacional, o relatório da Anistia Internacional circulou clandestinamente no Brasil e foi enviado a diversas instâncias internacionais (Roriz, 2021). A Anistia Internacional e outras organizações de direitos humanos buscavam não apenas denunciar casos específicos de abusos, mas também expor a natureza sistemática da tortura como um instrumento de controle político durante o período autoritário.

Já nas questões comerciais foram visualizadas como na rodada Tóquio do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), de um lado a prevalência da hegemonia dos países desenvolvidos e do outro o Brasil reivindicando tratamento favorável ao terceiro mundo no comércio internacional. É interessante notar que mesmo sem nunca ter rompido com o sistema interamericano sob hegemonia dos EUA, o Brasil buscava atuar de forma mais independente, demonstrando que tinha interesses próprios no SI. Também, a rivalidade era útil ao Brasil, ao passo em que ao mesmo tempo que influenciava o “antiamericanismo” dentro das forças armadas, passaram a colaborar com o Itamaraty na busca por espaços internacionais de atuação alternativos. Com Figueiredo na presidência em 1979, levando em conta a conjuntura externa, a imagem do Brasil não era mais de potência emergente, mas sim de um país de terceiro mundo assolado pela crise econômica.

O crescimento econômico do começo da década não era mais visualizado no final da década de 70, a crise da dívida externa nos países da América Latina em 1980 viria a marcar a conjuntura externa do governo de Figueiredo. Segundo o Chanceler Saraiva Guerreiro, a característica básica da diplomacia sob seu comando seria o universalismo, ou seja uma adaptação da PEB no contexto de mundialização do SI. O universalismo estava ligado ao caráter desenvolvimentista do Brasil e sua inserção internacional como país do terceiro mundo, mas também com características e interesses comuns aos países desenvolvidos, buscando um diálogo com todos os atores (Ferreira, 2006). As relações com os EUA passaram de momentos de aproximação e distanciamento. Nesse cenário, quando Reagan assume a presidência há a intensificação dos atritos tradicionais: direitos humanos, comércio, tecnologia e a dívida externa. E para responder a contradição Norte-Sul o desenvolvimento da América do Sul passou a ser guiado pela integração e cooperação. Em resumo, a década de 1980 prejudicou o poder de barganha de países como Brasil. É importante ressaltar que o Universalismo não foi o único projeto de inserção internacional brasileiro durante o governo Figueiredo, houve também diferentes concepções e debates sobre a melhor forma de inserção

internacional do Brasil, relacionados à percepção da conjuntura e do papel que o país deveria assumir no sistema internacional (Ferreira, 2006).

A conjuntura crítica vivida pelo governo Figueiredo, incluindo o esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações, a conjuntura econômica internacional e o processo de abertura política, contribuíram para o surgimento de vozes descontentes com as políticas oficiais (Ferreira, 2006). Houve críticas a essa matriz globalizante, acusando-a de ser "terceiro mundista" e de não trazer ganhos efetivos para o país. Para tanto, as críticas resultaram em tal ponto em que o próprio ministro das Relações Exteriores defendeu publicamente as ações tomadas em sua gestão, algo incomum nos regimes militares (Ferreira, 2006). Nesse sentido, considerando o contexto geral, a herança que o período dos regimes militares deixa é de uma maior internacionalização do país, um parque industrial desigualmente distribuído e desenvolvido, uma lista de conflitos com os EUA e, internamente, um país falido financeiramente, as custas do endividamento externo que resultam na grande dívida externa e altos níveis de inflação.

As circunstâncias trágicas que levaram à presidência de Sarney, com a morte de Tancredo Neves, e a redemocratização, culminaram em efeitos singulares na política externa brasileira. O contexto de transição de um regime autoritário para democrático se traduziu na reformulação da inserção internacional do Brasil na época (Cortês, 2010). No contexto externo, a guerra fria mostrava sinais de atenuação e devido à recuperação econômica a nível global, houve o crescimento econômico do Japão e a integração da Europa ocidental que mostra traços de evolução. As áreas de influência dos dois polos estavam bem estabelecidas, com exceção da Ásia, com destaque para China como ator de importância própria e a relevância do Oriente Médio para os EUA e Europa ocidental. Na década de 80, marcada pela crise da dívida externa para a América Latina, ao mesmo passo que o contexto de crise contribui para o desgaste de regimes autoritários, também dificultou o estabelecimento de regimes mais abertos.

Assim, no ano em que Sarney assumiu a presidência, 1985, os eixos divisórios do pós-guerra estavam nitidamente delineados e reativados. Com o contexto interno marcado pelo início do período de nova república, houve a disputa por poder político. Dessa forma, a linha de ação se reflete no plano internacional e o governo sentiu mais liberdade para atuar no plano internacional. No geral, Sarney iniciava seu mandato com um amplo conjunto de possibilidades diplomáticas a serem exploradas (Cortês, 2010). Há uma sincronia regional

apresentada e Sarney vê a oportunidade de transformar a distensão com a Argentina em um programa de integração. A transição para a Nova República resultou na reincorporação da democracia ao conjunto de valores que integram os princípios da política externa brasileira, sucedendo a reformulação das diretrizes da inserção internacional do país.

Nesse cenário, a instrumentação diplomática demonstrou necessidade de mudanças devido à nova realidade democrática no contexto interno do país, condicionantes externas que demandam inovações no repertório do Itamaraty (Cortês, 2010). Sarney se mostrou um presidente proativo trazendo essas alterações e inovações no Itamaraty. Nesse contexto, se encaixa o destaque para a diplomacia presidencial, função já exercida por governos anteriores. Devido a complexidade do quadro político interno, sua trajetória com a vida pública, seu interesse pelo cenário mundial e a importância que ele mencionava acerca da inserção do país no plano internacional, Sarney sabia que o desempenho externo seria primordial para o plano interno (Cortês, 2010). A situação econômica e financeira frágil do Brasil, que estava agravada pelo elevado endividamento externo, resultava em uma debilitada capacidade de barganha. Além disso, a imagem do país estava muito desgastada em razão das críticas relacionadas aos direitos humanos e meio ambiente, o que também se refletia na atuação do Itamaraty. Por palavras do próprio Sarney: Por minha falta de apoio político, era um presidente fraco no âmbito nacional, mas todas as atenções estavam voltadas para a transição política do Brasil e isso, naquele momento, me deixava completamente livre para atuar no exterior. (Cortês, 2010)

Para fortalecer a presença do Brasil no cenário internacional, Sarney realizou diversas ações diplomáticas, como participar de reuniões multilaterais de cúpula, fortalecer a atuação da diplomacia brasileira em organismos internacionais e realizar visitas de estado a países-chave. Os coadjuvantes principais na PEB aplicada no período de Sarney foram os chanceleres Setúbal, Sodré e Flecha de Lima. Os ministros das relações exteriores de Sarney contribuíram para formulação e condução da PE com ênfase em democratizar as relações do Itamaraty, enfatizar a inserção dos novos temas no repertório da diplomacia brasileira e promover a ampliação do debate da PEB (Cortês, 2010).

Impulsionada pelas mudanças na parte jurídica, houve a reformulação das bases jurídicas que definiam a carreira diplomática e os demais quadros de funcionários do Itamaraty. Importante ressaltar, também, que houve a contribuição do Itamaraty para a

redação do artigo 4º da Constituição de 1988 que trouxe os princípios norteadores relacionados à inserção internacional do Brasil expressos no quadro abaixo.

Quadro 2 - Art. 4ª Constituição Federal 1988

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:
I - Independência nacional;
II - Prevalência dos direitos humanos;
III - Autodeterminação dos povos;
IV - Não-intervenção;
V - Igualdade entre os Estados;
VI - Defesa da paz;
VII - Solução pacífica dos conflitos;
VIII - Repúdio ao terrorismo e ao racismo;
IX - Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
X - Concessão de asilo político.
Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Fonte: BRASIL. Constituição (1988).

O fim do período Sarney, marcado pela promulgação da Constituição de 1988, revelou o êxito do processo de afastamento da condução política dos militares e trouxe de volta o sistema político em função da vontade popular. Da mesma forma, evidenciou, através do artigo 4º da Constituição de 1988, a democracia como um valor da política externa e a

inclusão da prevalência dos direitos humanos enquanto princípio norteador das relações internacionais do Brasil.

2.2 A redemocratização e a política externa

O período que compreende a redemocratização do Brasil, entre 1980 e 1990, foi marcado por transformações significativas na esfera política, igualmente ao cenário internacional que ia se estabelecendo. Diante disso, segundo Sato (2020), após o fim dos governos militares no Brasil, as mudanças no cenário internacional, como o declínio da Guerra Fria e a crise do petróleo, levaram o país a buscar novas direções em sua política externa. Nesse contexto, o projeto "Brasil Potência", buscado anteriormente pelos militares, já mencionado, deu espaço para a busca de uma política externa que representasse o Brasil democrático.

O contexto interno de transição do regime militar para democracia dentro do Brasil partia da necessidade do estabelecimento de uma constituição que viesse a ilustrar o Brasil democrático. A política externa brasileira de 1960 ao final dos anos 1970 era caracterizada pelo pragmatismo e apoiada no nacional desenvolvimentismo. No entanto, de acordo com Sato (2020), durante a década de 1980, o Brasil viu seu poder de barganha enfraquecido devido a desafios econômicos e à mudança no cenário internacional, como as já citadas anteriormente.

A transição para a Nova República resultou na reincorporação da democracia ao conjunto de valores que integram os princípios da política externa brasileira, sucedendo a reformulação das diretrizes da inserção internacional do país. Ademais, para além da crise da dívida externa que resultou em uma capacidade de barganha debilitada, o Brasil também enfrentava críticas relacionadas aos direitos humanos e meio ambiente, que desgastaram ainda mais a imagem do país.

Ademais, há na década de 80 a reorganização do Ministério das Relações Exteriores, com a criação de subsecretarias e divisões como a de direitos humanos e meio ambiente, tendo em vista os novos temas-chaves atrelados a política externa. Ricupero (2017) destaca que os direitos humanos e a preservação do meio ambiente se constituíram em dois pilares inseparáveis que caracterizam a natureza democrática e progressista de uma política externa autenticamente avançada e democrática. Agregado a isso, Cortês (2010) pontua que a evolução do Brasil em fóruns internacionais influenciou na reorganização do ministério bem

como o papel que as novas divisões do Itamaraty prestaram para a promoção do desenvolvimento econômico e na cooperação científica, consequentemente para a modernização das práticas diplomáticas do Brasil.

Impulsionada pelas mudanças na parte jurídica houve a reformulação das bases jurídicas que definiam a carreira diplomática e os demais quadros de funcionários do Itamaraty (Cortês, 2010). Segundo Soares de Lima (2000), depois de décadas de regime burocrático-autoritário, a nova realidade das políticas latino-americanas, no período que compreende a redemocratização do Brasil, trouxe a liberalização política e abertura econômica como foco. Nesse sentido, segundo a autora, por essas nações foi experimentado um processo de reforma institucional abrangente, alcançando as instituições de governo e políticas públicas, e não de forma linear. Ao passo em que reafirma que a política externa e a política interna estão intrinsecamente ligadas, a autora argumenta que a natureza da política externa no Brasil tem mudado devido à abertura econômica e à liberalização política, tornando a política doméstica mais relevante na formação da política externa.

Dessa forma, a política externa e o interesse nacional estão sujeitos a influências da política doméstica, especialmente quando as ações externas têm implicações distributivas internas. A autora também analisa a evolução da política externa brasileira ao longo de diferentes períodos históricos, destacando como a natureza das questões na agenda externa pode influenciar a relação entre política externa e política doméstica, e isso pode ser observado a partir da questão da inserção mais assertiva do Direito Humano na política brasileira no período de redemocratização.

É interessante notar a evolução do Itamaraty através das lentes do insulamento, como Faria (2012) aborda, o tradicional insulamento da instituição a redemocratização do Brasil e as mudanças no cenário internacional pressionaram a instituição a adotar uma postura mais aberta e inclusiva na produção da política externa. Faria (2012) ressalta que o Itamaraty está, constantemente desde a redemocratização, se adaptando a um contexto mais aberto e complexo, refletindo a evolução da política externa brasileira e as demandas de uma sociedade plural e democrática. Nesse sentido, evidenciado a necessidade de adaptação do Itamaraty à conjuntura, insere-se a necessidade de incorporação da pauta sobre direitos humanos amplamente difundida no período de redemocratização.

De acordo com Silva (2017), após o período ditatorial, a política externa brasileira manteve um compromisso contínuo com a promoção dos direitos humanos na política

externa. E, segundo o autor, isso explica-se a partir do fato de que, nesse momento, os princípios institucionais e os mecanismos de defesa dos direitos humanos estavam sendo estabelecidos no Brasil e aplicados na esfera internacional por meio da política externa. Diante disso, é exposto que o período posterior à ditadura traz um discurso universalista e ênfase na defesa dos direitos humanos na política externa brasileira.

Oliveira (2020), discute que, sob a égide da Carta Magna de 88, no período de redemocratização o Brasil iniciou a institucionalização dos direitos humanos ratificando os mais importantes instrumentos em prol da proteção à pessoa humana. A autora discute sobre como os mecanismos internacionais voltados à proteção da pessoa humana, como por exemplo o Tribunal Penal Internacional, foram incorporados ao direito brasileiro. Dentro dessa perspectiva, compreender de que forma o Itamaraty se articulou e se configurou para atender a demanda dessa incorporação dos direitos humanos é fundamental.

A marca do período ditatorial no país atravessa as questões de direitos humanos, já que foi a época em que foi induzido o distanciamento da pauta em razão da perseguição e privação dos direitos dos indivíduos considerados contrários ao governo. Tal como Oliveira (2020) destaca, sobre a trajetória dos direitos humanos por trás do golpe militar de 1964, o período ditatorial inaugurou um momento caracterizado pelo desencadeamento de incontáveis violações aos direitos humanos. A adesão da defesa dos direitos humanos de forma mais assertiva pelo repertório diplomático do Brasil na redemocratização e na década de 90 tiveram impacto direto na forma como o país se relaciona com o mundo, como promoveu seus interesses em um contexto de reajuste na inserção internacional, e, culminaram no momento em que os direitos humanos se consagraram como parte dos princípios que regem a diplomacia brasileira.

3. O ITAMARATY E OS DIREITOS HUMANOS

3.1 Direitos Humanos

Nesta seção será abordada a questão dos direitos humanos, sua evolução, inclusão e influência no Itamaraty. Lafer (1995), descreve sua atuação em prol dos direitos humanos durante o regime autoritário, sua liderança no Itamaraty em 1992 e sua função como chefe da Missão Permanente do Brasil em Genebra, onde acompanhou as atividades da Comissão de Direitos Humanos. Em seu trabalho, destaca a evolução da luta pelos direitos humanos e das conquistas e construção do aparato burocrático fundamentado na Carta da ONU. De acordo com Lafer (1995), a evolução dos direitos humanos se deu de forma diferente no plano interno e externo. Assim, ao observar a evolução da pauta no que concerne o âmbito interno e externo pode-se visualizar a necessidade e a importância da inserção dessa temática no período de redemocratização e na década de 90 no Brasil.

Lafer (1995), destaca que, revoluções como a Revolução Americana e Francesa no século XVIII, inauguraram a época da perspectiva dos governados, onde o poder do governante – ou a soberania ilimitada, no plano interno – passa a ter limites e abre-se uma nova possibilidade de favorecer a convergência entre a ética e a política. Nesse sentido, de forma geral, o surgimento e o sucesso da concepção de direitos humanos no âmbito interno fazem parte de um processo gradual de desenvolvimento de ideias éticas, realçado na dignidade e na universalidade da humanidade. Diferentemente, no plano externo a evolução se dá de forma mais lenta e diversificada, seguindo sua própria lógica em comparação com o desenvolvimento interno.

Nesse sentido, no âmbito externo, Lafer (1995) destaca que os direitos humanos emergem como um tema global a partir do pós Segunda Guerra Mundial impulsionado a partir da Carta da ONU. Nesse sentido, comparando com o paradigma kantiano, o autor discute a inserção dos direitos humanos a partir de que representam o reconhecimento da dignidade intrínseca do ser humano e sua importância. Dessa forma, estabelecem um terreno comum entre a ética e a política, unindo as questões direitos humanos com democracia internamente e paz internacionalmente. A Carta da ONU traz em seu preâmbulo o intuito de preservar as gerações futuras do flagelo da guerra. Segundo Lafer (1995), a elaboração da Carta levou em consideração a devastação causada pela Segunda Guerra Mundial, incluindo o uso da bomba atômica e a brutalidade do totalitarismo, levando a uma preocupação ampliada a respeito dos direitos humanos. Essa preocupação é refletida no preâmbulo e em

diversos artigos da Carta¹, contrastando com abordagens anteriores mais limitadas, como a do Pacto da Sociedade das Nações.

Para além das iniciativas históricas no século XIX, como o combate ao tráfico de escravos e a criação da Cruz Vermelha, enquanto marcos importantes no desenvolvimento dos direitos humanos a nível internacional, identifica-se ao longo do pós-guerra, através da consciência e esforço mundial voltados à importância de reconhecer a necessidade da preservação dos direitos humanos, diversas iniciativas que priorizaram a questão no SI. Dentre elas, pode-se destacar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), adotada pela Assembleia Geral da ONU; as convenções estabelecidas para proteção de direitos específicos, como a Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (1948) e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965); igualmente, a criação do Tribunal Internacional, encarregado de julgar os indivíduos responsáveis por genocídio, crimes de guerra e contra a humanidade; e ainda, a criação de Organizações não governamentais (ONG's) também fez parte das iniciativas importantes como a Anistia Internacional e *Humans Rights Watch*, que são fundamentais para a difusão da conscientização em prol da defesa dos direitos humanos no mundo.

A criação, construção e reconhecimento mundial destas iniciativas enquanto mecanismos de incentivo à proteção dos direitos humanos, foi fundamental para fortalecer a conscientização sobre a importância da pauta no SI. Para além do estabelecimento de instrumentos legais e instituições, o progresso significativo da luta pelos direitos humanos insere-se no contexto internacional de mudança e reconstrução dos países dentro do pós-guerra. Dessa forma, é inegável a ligação deste avanço da pauta com o cenário internacional em que esteve inserida, o período do pós-guerra e pós-guerra fria levou a uma maior atenção às questões humanitárias em razão das experiências traumáticas sem precedentes vivenciadas na Segunda Guerra levando à, consequentemente, violações massivas dos direitos humanos. Dessa forma, houve a mobilização a nível global para promover e garantir a proteção dos direitos humanos.

Diante disso, Alves (1994), argumenta sobre o cenário crucial do pós-guerra para o impulso da inserção dos direitos humanos enquanto tema global, tendo em vista que durante a bipolaridade da Guerra Fria as violações podiam ser encobertas sob a retórica de rivalidade entre blocos. Assim, Alves (1994, p. 6) indica que

¹ 1º, § 3º; 13, § 1b; 55, c; 56; 62 § 2º; 64; 68; 73; 76, c

“Os direitos humanos têm caráter peculiar no direito e nas relações internacionais por várias razões. Em primeiro lugar, porque têm como sujeitos não os Estados, mas sim, no dizer de Norberto Bobbio, o homem e a mulher, na qualidade de “cidadãos do mundo”. Em segundo, porque, pelo menos à primeira vista, a interação dos governos nessa área não visa a proteger interesses próprios. Em terceiro, e indubitavelmente, porque o tratamento internacional da matéria modifica a noção habitual de soberania. Ao aderirem às convenções sobre direitos humanos, diferentemente do que ocorre nas demais esferas, os Estados não se propõem obter vantagens claras. Assumem, ao contrário, obrigações internacionais para a defesa de seus cidadãos contra seus próprios abusos ou omissões. Mais ainda, aceitam a intrusão na soberania nacional, na forma de monitoramento da respectiva situação, o que seria incontestável em outras áreas sem contrapartidas palpáveis.” (Alves, 1994, p. 6).

Nesse sentido, pode-se questionar o motivo por trás da aderência dos países aos instrumentos jurídicos e na participação de organizações, e, segundo Alves (1994), a razão principal se justifica na legitimidade. As ratificações das convenções em uma época em que o poder precisa ser justificado perante o povo, garantir os direitos humanos da população é essencial para conferir legitimidade aos governantes. Da mesma forma, Dornelles (2004) argumenta sobre como o estabelecimento de mecanismos de controle das ações violadoras se chocou com um conceito ilimitado de soberania nacional que tem como corolário o princípio da não-intervenção em assuntos de responsabilidade interna de cada Estado.

Assim, Alves (1994), destaca, que em 26 de junho de 1945 a comunidade internacional se comprometeu em “promover e encorajar o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais de todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião”², através da assinatura da Carta das Nações Unidas. Para alcançar este propósito, a Comissão de Direitos Humanos (CDH), principal órgão formado da ONU na área, foi encarregada da construção da Carta Internacional de Direitos Humanos, e o resultado foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada e proclamada pela resolução 217 a (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, contando com 30 artigos, estabeleceu pela primeira vez em nível internacional os direitos humanos e liberdades fundamentais, noções até então dispersas à nível mundial, tratadas apenas, de maneira não uniforme, em declarações e legislações nacionais.

² Art 1 da Carta das Nações Unidas 1945

Alves (1994), enfatiza que a obrigatoriedade da Declaração Universal dos Direitos Humanos ainda é debatida teoricamente, pois, diferentemente dos tratados, convenções e pactos internacionais, as declarações não têm força jurídica compulsória. Entretanto, o autor elucida que a Declaração Universal é considerada um caso peculiar, pois, além de ressaltar a importância da proteção dos direitos humanos pela lei, faz referência às disposições da Carta de São Francisco³, que são obrigatórias. Isso reforça o compromisso dos Estados-membros em promover o respeito universal aos Direitos Humanos.

Ademais, em vista da atuação da CDH, era necessário a criação de um pacto para melhor destinar e regular a aplicação dos direitos recém-reconhecidos internacionalmente, envolvendo um sistema de controle para assegurar sua implementação. Ainda, a elaboração dos pactos que viriam a complementar a declaração levou 20 anos para serem criados e mais dez para entrarem em vigor, devido a discordâncias entre os países. Alves (1994) destaca que na abrangência dos direitos a serem incluídos nos pactos, como os civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, as divergências persistiram especialmente em relação ao direito à propriedade e à autodeterminação. Apesar disso, os dois pactos internacionais, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos sobre direitos humanos foram adotados pela Assembleia Geral em 10 de dezembro de 1966 (Alves, 1944).

Segundo Dornelles (2004), a universalização do tema dos direitos humanos é um fenômeno que acompanha o desenvolvimento da política internacional, da economia globalizada e a evolução jurídica da matéria através do direito internacional. Tomando a divisão da construção da expansão da internacionalização da proteção dos direitos humanos adotada pelo autor, o primeiro momento situa-se na década de 50, com a generalização da proteção internacional; o segundo momento situa-se no final da década de 60, com a Iª Conferência Mundial dos Direitos Humanos em 1968, que trouxe a indivisibilidade e a universalidade dos direitos humanos; por fim, o terceiro momento situa-se na década de 90, com a concretização da IIª Conferência Mundial dos Direitos Humanos. A partir dessa divisão é possível visualizar, através dos diferentes contextos ao longo dos anos, como se deu a evolução da aderência à nível mundial dos direitos humanos enquanto tema global.

Durante o primeiro momento, onde houve a fase legislativa de elaboração dos instrumentos internacionais, inclui-se a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969,

³Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968)

no âmbito do Sistema Interamericano; a Convenção Europeia, de 1950; tratados de prevenção da discriminação, de prevenção e punição da tortura, de proteção aos refugiados, direitos das crianças, de proteção aos direitos dos trabalhadores, direitos da mulher, deficientes, idosos (Dornelles, 2004). O segundo momento situa-se dentro de um contexto de bipolaridade com a Guerra Fria, e com a ascensão dos regimes ditatoriais, como no Brasil já mencionados anteriormente. A Iª Conferência Mundial dos Direitos Humanos em 1968, em Teerã, trouxe a necessidade de reavaliar os direitos humanos e promover sua internacionalização, fortalecendo a noção de sua universalidade e indivisibilidade. Isso levou, consequentemente, a uma abordagem global e integrada para enfrentar problemas da miséria, fome, apartheid e genocídios, reconhecendo que os direitos civis e políticos estão interligados aos direitos econômicos, sociais e culturais.

O terceiro momento argumentado por Dornelles (2004), é iniciado na década de 90, no mundo pós-Guerra Fria, onde já existiam instrumentos internacionais de proteção, tanto a nível global quanto regional. Com a IIª Conferência Internacional dos Direitos Humanos, em Viena 1993, foi reforçada a noção de universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos, e perpassou por discussões acerca da intervenção em países violadores de direitos humanos e o direito ao desenvolvimento. Os 171 países que participaram, em conjunto com as mais de duas mil ONG 's, buscaram aprimorar os instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos (Dornelles, 2004). A conferência resultou no documento final que reafirmou princípios fundamentais e transferiu para a Assembleia Geral da ONU competências para examinar propostas como a criação de um Alto Comissariado para os Direitos Humanos.

A partir da Conferência de Viena, ao garantir que a dimensão dos direitos humanos fosse integrada em todas as iniciativas, atividades e programas das Nações Unidas, ganhou impulso a promoção da ideia de integração entre direitos humanos, democracia e desenvolvimento, colocando o ser humano como sujeito central. Também, com Viena, tornou-se obrigatório o respeito aos direitos humanos não apenas restrito aos Estados, mas igualmente para organismos internacionais e, também, à grupos com poder econômico, dada a influência de suas decisões na vida de todos os seres humanos, especialmente os vulneráveis (Dornelles, 2004). A legitimidade alcançada após Viena foi um marco positivo no processo contínuo de construção de uma nova ética e de novos paradigmas, fortalecendo uma cultura universal de reconhecimento e respeito aos direitos humanos em todas as áreas da atividade humana, contribuindo para a onda da década de 90 de conferências sociais.

3.2 Direitos Humanos, Política Externa Brasileira e o Itamaraty (1990)

O período pós redemocratização que compreende a década de 90 foi o momento das convenções sociais da ONU e do desenvolvimento da política nacional de Direitos Humanos. Segundo Lafer (2018), a conjuntura internacional da década apresentava ao Brasil uma mistura de tendências promissoras e preocupantes. As condições promissoras incluíram a globalização dos mercados, o fortalecimento da consciência coletiva sobre direitos humanos, democracia e meio ambiente, além da revalorização dos organismos internacionais como a ONU. Por outro lado, havia preocupações com a intensificação de conflitos étnicos, religiosos e nacionalistas, o risco de guerras comerciais entre grandes blocos econômicos e o agravamento da desigualdade entre países. Frente a essa situação, a PEB precisou continuamente se adaptar e se renovar.

Segundo Cervo e Bueno (2015), a trajetória do Brasil em relação aos direitos humanos pode ser dividida em três momentos. O primeiro insere-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU de 1948, nesse momento a postura do Brasil foi assertiva na promoção desses direitos, adquirindo experiência no plano regional através da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e global com a Comissão de Direitos Humanos da ONU. No segundo momento, entretanto, os esforços foram afetados pelo regime autoritário da década de 60, em razão da postura defensiva e isolacionista nos fóruns multilaterais adotada durante a ditadura militar, sem excluir também as críticas de violações dos direitos humanos que o país recebeu na época. Todavia, desde 1985, após o fim do regime autoritário e início do processo de redemocratização, o país retomou sua postura assertiva igualmente ao primeiro momento na promoção dos direitos humanos, liderada por figuras como o professor Antônio Augusto Cançado Trindade⁴.

Considerando esse panorama, o novo papel do Brasil na defesa e promoção universal dos direitos humanos desdobrou-se em duas dimensões, a primeira de ordem interna e a segunda externa (Cervo; Bueno, 2015). De acordo com os autores, no âmbito externo, a partir da adesão aos três tratados gerais de proteção, os dois da ONU e a Convenção da OEA, e também pela adesão às convenções internacionais específicas: contra a discriminação racial e da mulher, contra a tortura, sobre os direitos da criança e do refugiado. Ademais, em 1997, o

⁴ Antônio Augusto Cançado Trindade foi um jurista de grande renome no campo do Direito Internacional e Direitos Humanos. Foi presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, entre 1999 e 2004, também foi membro da Corte Permanente de Arbitragem e magistrado. Além disso, foi o primeiro brasileiro eleito em dois mandatos pelas Nações Unidas na Corte Internacional de Justiça. Atuou como consultor do Itamaraty entre 1984 a 1990, e foi professor do Instituto Rio Branco.

Brasil reconheceu a jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Já no âmbito interno, o Congresso foi responsável por adaptar a legislação nacional aos padrões internacionais em constante evolução, enquanto o Executivo criou a Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Os esforços conjuntos de juristas, diplomatas e legisladores resultaram em uma percepção e conceito originais de direitos humanos no Brasil, que se tornaram uma força positiva no cenário internacional (Cervo; Bueno, 2015). Da mesma forma, os autores também elucidam que o governo brasileiro reconhece a indivisibilidade dos direitos humanos, tanto os de primeira geração (liberdades individuais) quanto os de segunda geração (direitos econômicos, sociais, civis e culturais), sobrepondo-se aos particularismos religiosos ou culturais.

Nesse sentido, é importante ressaltar que dentre as mais de 60 declarações ou convenções sobre direitos humanos adotadas no âmbito das Nações Unidas, o Brasil faz parte das convenções de maior destaque, incluindo as destinadas ao combate ao racismo, às discriminações contra a mulher, à tortura e às crianças. Observando as perspectivas dos direitos humanos no final do séc XX, a política nacional de direitos humanos do Brasil, desenvolvida desde 1985 com mais ênfase a partir de 1995 durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), representa uma continuidade e aprofundamento das concepções de direitos humanos defendidas desde os anos 1970 (Pinheiro; Neto, 1998). Foi a primeira vez na história republicana brasileira que os direitos humanos foram oficialmente adotados como política, apesar do contexto social e político desafiador ao longo do séc XX.

Braga (2020) argumenta sobre como a PEB em relação aos direitos humanos reflete a mudança importante, de ser incluída no repertório diplomático brasileiro, como parte da estratégia de renovação das credenciais diplomáticas do país. Essa mudança envolve a adesão aos acordos internacionais e a participação no regime internacional de direitos humanos, no entanto, é vista com maior força e fora do discurso na década de 90. A partir de 1985, há a inserção das novas temáticas de atenção do SI, meio ambiente e direitos humanos, que são incluídas nos discursos diplomáticos do Brasil. Em particular, a questão dos direitos humanos foi vista com maior assertividade durante a década de 90. Durante o governo FHC, a PEB partiu de uma avaliação de que o Brasil não possuía os recursos necessários para se afirmar como uma grande potência, e, nesse contexto, houve uma tentativa de integrar o Brasil aos mecanismos dos regimes internacionais, onde a questão dos direitos humanos ganhou destaque, sendo parte do discurso que legitimava a ordem liberal (Braga, 2020). Entretanto, as contradições entre esse discurso e as práticas efetivas não foram amplamente abordadas no

projeto diplomático do governo FHC, cujo foco era consolidar as credenciais diplomáticas do Brasil. Nesse sentido, havia a importância em como o Brasil era percebido no âmbito internacional. Dentro disso, Braga (2020, p. 197) enfatiza que

“No governo Cardoso, o país é visto como confiável não apenas em razão de seu respeito às normas internacionais, sua índole pacifista e não expansionista, e seu histórico de resolução de conflitos pela diplomacia. Mas também por ter alcançado a estabilidade econômica pelas reformas neoliberais e consolidada a democracia com economia liberal de mercado” (Marques 2005, p. 80 *apud* Braga, 2020).

Diante desse cenário, é importante ressaltar a política externa durante o período da década de 1990 e início dos anos 2000 que foi marcada pela busca por autonomia por integração (Vigevani; Oliveira; Cintra, 2007). Houve a necessidade de ajuste crescente às grandes tendências do mundo contemporâneo com a nova onda liberal e todas as pautas colocadas em primeiro plano no SI da década de 90 em diante. Assim, as principais dinâmicas internacionais, em que se insere o desenrolar da PEB do governo de FHC, são marcadas pela globalização e regionalismo com consequência para a agenda multilateral e importância para questões socioambientais (Vigevani; Oliveira; Cintra, 2007). Assim, no contexto do mundo não bipolar, houve o aumento da interdependência e do peso que os temas *soft power* exercem no SI. Como ressaltava Vigevani, Oliveira e Cintra (2007), a PEB de FHC buscou uma autonomia pela integração partindo de uma perspectiva cooperativa pautada na reiterada denúncia das assimetrias, na crítica das políticas apoiadas no poder e na busca pela atenuação do unilateralismo.

Nesse cenário, houve o esforço em ampliar a autonomia do Brasil e diversificar seus parceiros. Com destaque para participação em fóruns internacionais, através da atuação do Brasil em organizações multilaterais e fóruns globais com intuito de participar das decisões e defender interesses nacionais. Além disso, a influência da diplomacia presidencial na reconstrução da imagem do país foi crescente com o protagonismo presidencial no momento de estabilização interna, já precedido pela atuação de Sarney em evidenciar a importância da diplomacia presidencial (Cortês, 2010). Durante esse período também houve uma maior diversificação da opinião pública na diplomacia do Brasil, momento em que novos atores nacionais passaram a discutir e participar na opinião pública influenciando na formulação e orientação da PEB tais como a mídia, associações empresariais e ONG's. Simultaneamente à ampliação do debate sobre PEB, neste cenário, em resumo, houve o maior compartilhamento de funções na diplomacia em conjunto com outros órgãos do governo.

Diante dessa conjuntura, é interessante notar a discussão sobre a PEB como política pública. Segundo Lafer (1992), o MRE deveria estar acessível a outros setores da política, como a sociedade civil, o Congresso Nacional e até mesmo a imprensa. Para Milani (2015), no plano doméstico, a democratização a partir dos anos 1980 e os avanços nas políticas de direitos humanos, direitos das mulheres e das minorias trouxe ao Itamaraty o desafio de construir, paulatinamente, uma dimensão de política pública para a PEB. Nesse sentido, os avanços dessas temáticas na época refletem a mudança na percepção da política externa como uma questão que vai além das relações entre Estados, passando a incluir com mais profundidade aspectos sociais e culturais.

Nesse contexto, o governo de FHC foi assinalado pelo compromisso com o fortalecimento e a defesa do Estado democrático de direito, o que se refletiu no lançamento do primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) em 1996 (Silva, 2017). O PNDH estabeleceu uma conexão entre a política interna e externa no que diz respeito aos direitos humanos. Um marco importante desse compromisso foi a presidência assumida por FHC na 52ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos da ONU em 1996, onde os Estados concordaram em desenvolver planos e assumir ações práticas em prol da promoção dos direitos humanos (Silva, 2017). Além disso, o PNDH foi o primeiro Plano de Ação Nacional sobre Direitos Humanos na América Latina e o terceiro elaborado globalmente.

Outrossim, é importante ressaltar a influência do ápice do debate sobre direitos humanos no Itamaraty. Durante a gestão Celso Lafer no MRE, foram celebrados numerosos Tratados e Convenções, destacando-se a assinatura da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José). E como destacado no mesmo período, pela Lei nº 8.442, de 14/07/1992 e pelo Decreto nº 659, de 25/09/1992, foram aprovadas modificações importantes na estrutura básica do MRE.

Entretanto, no que se refere a área de direitos humanos, modificações estruturais nas instituições vieram a ser feitas no final na década de 90 com a criação do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (DHS) através da aprovação da estrutura regimental do Ministério das Relações Exteriores; Decreto 1.756, de 22/12/1999. O DHS foi adicionado pela Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos (SGAP), e foi sendo desenvolvido nos anos seguintes. Assim, já na gestão de Luiz Felipe Lampreia em 2000, com o Decreto n.º 3.414, de 14/04/2000, foram consolidadas todas as mudanças na estrutura organizacional do MRE, incluindo a adição ao DHS da Divisão de Direitos Humanos (DDH) e a Divisão de Temas

Sociais (DTS), as divisões estão presentes atualmente no organograma 2024 do Itamaraty e podem ser visualizadas no anexos 1 e 2.

Nessa conjuntura, para além da reformulação da composição da Divisão Econômica e da Subsecretaria Geral na área econômica e comercial ao longo das gestões Lampreia, Celso Lafer e Celso Amorim, foram incluídos paralelamente os temas de destaque global do contexto internacional da época (Castro; Castro, 2009). Assim, durante a década de 90 foram promovidas mudanças estruturais no Itamaraty em resposta às alterações do cenário interno e externo. Sob esse aspecto, foram incluídos temas tais como ambientais, sociais e direitos humanos em conjunto com os assuntos econômicos que ganharam espaço à medida que o Brasil se comprometeu com o processo de abertura do mercado, globalização e a onda neoliberal no SI.

Nesse sentido, o que se observa da atuação do Brasil no campo dos direitos humanos durante a década de 90, é, principalmente, a integração do país aos mecanismos do regime internacional da temática, bem como a participação ativa em fóruns e organizações multilaterais. A inclusão dos direitos humanos no repertório diplomático brasileiro, bem como as mudanças estruturais no Itamaraty refletem a influência que o tema global teve sobre os mecanismos da PEB. O Brasil pós redemocratização trouxe a inclusão dos direitos humanos no discurso interno e externo. Internamente a Constituição de 1988 estabeleceu uma série de garantias de direitos fundamentais aos indivíduos, incluindo direitos como a liberdade de expressão, o direito à igualdade, o direito à educação, à saúde e à moradia. Da mesma forma, incluiu no artigo 4º os direitos humanos enquanto princípio orientador das relações internacionais.

No âmbito externo, o Brasil passou a desempenhar um papel mais ativo na promoção dos direitos humanos no cenário internacional. Com as citadas previamente ratificações de diversos tratados e convenções internacionais voltados à proteção e garantia dos direitos humanos, a adesão à jurisdição de cortes e tribunais internacionais de direitos humanos e a participação em fóruns e organismos internacionais também demonstraram a mudança de posicionamento do Brasil frente à temática dos direitos humanos. Os avanços alcançados nessa área, no entanto, ainda enfrentam desafios na efetivação dos direitos garantidos. Apesar disso, é notório o compromisso do Brasil pós-redemocratização com a promoção da temática, refletindo a consolidação de uma cultura democrática, como o esperado pelos esforços do Brasil na redemocratização, e o reconhecimento da importância dos direitos humanos no SI.

CONCLUSÃO

Desde sua fundação, através da assinatura do decreto de 11 de março de 1808, o Ministério das Relações Exteriores, também intitulado como Itamaraty, passou de uma secretaria compartilhada com assuntos de guerra para uma instituição de importância histórica na elaboração, execução e direção da política externa brasileira. O papel inicial com a ligação intrínseca em garantir a identidade nacional do Brasil enquanto país, e o conjunto de tradições perpetuadas ao longo das décadas, conferem ao Itamaraty a legitimidade de instituição responsável por colocar em prática a política externa brasileira direcionando a inserção internacional do Brasil.

A importância da tradição, inovação e credibilidade na diplomacia são elementos essenciais do MRE. Dessa forma, a autoridade do Itamaraty é apoiada na coerência diplomática da instituição, em conjunto com sua capacidade de adaptação frente às mudanças internas e externas (Lafer, 2018). Assim, a análise da evolução do MRE ao longo de sua história, permitiu identificar que distintos períodos refletem não apenas as transformações da própria instituição e o contexto internacional, mas também as mudanças políticas, sociais e econômicas que ocorreram internamente no país. Nesse sentido, a atuação do Itamaraty demonstra sua adaptabilidade às diferentes realidades enfrentadas ao longo das diferentes gestões políticas.

Diante disso, a evolução do MRE, durante e após o período de redemocratização, mostra como a promoção de valores democráticos impactou mudanças no Itamaraty e no repertório diplomático do país frente a necessidade de inserção do Brasil no âmbito internacional na época. Igualmente, a inclusão das novas temáticas no escopo do Itamaraty, em especial os direitos humanos, influenciou em mudanças internas na instituição, refletindo a necessidade de adaptação à realidade do SI em defesa dos direitos humanos. Através de mudanças estruturais no MRE a criação de departamentos e divisões específicas voltadas para os direitos humanos e temas sociais, podendo ser visualizadas nos anexos 1 e 2, com a criação a criação do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (DHS) e a adição ao DHS da Divisão de Direitos Humanos (DDH) e a Divisão de Temas Sociais (DTS), foi evidenciado a importância atribuída a essas questões na política externa brasileira. Principalmente durante a década de 90, conhecida pelas convenções sociais da ONU, quando houve uma intensificação dos esforços na promoção da defesa dos direitos humanos. Nesse cenário, no âmbito externo, o Brasil assumiu um papel mais ativo na promoção dos direitos

humanos, ratificando tratados e convenções internacionais e aderindo à jurisdição de cortes e tribunais internacionais de direitos humanos. Assim, é evidente o compromisso do Brasil pós-redemocratização com a promoção da temática, o que reflete a consolidação de uma cultura democrática, conforme esperado pelos esforços do país durante o processo de redemocratização

Atualmente o Brasil se mantém ativo adotando uma abordagem proativa e cooperativa na promoção dos direitos humanos, demonstrando seu compromisso internacional com os direitos humanos através da participação em conferências e iniciativas globais. No organograma 2024 do MRE, presente nos anexos 1 e 2, o Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (DHS) possui a Divisão de Direitos Humanos (DDH) e a Divisão de Contenciosos em Direitos Humanos (DCDH) voltadas a tratar das questões envolvendo a temática. No entanto, ainda existem desafios na garantia efetiva desses direitos, como no âmbito externo a violência dos conflitos armados em diferentes partes do mundo e no plano interno o monitoramento da proteção dos direitos. Nesse sentido, estudos futuros acerca da temática, do papel do Itamaraty e da PEB são essenciais para suprir lacunas e auxiliar no desenvolvimento de abordagens eficazes na implementação dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. A. Lindgren. **Os direitos humanos como tema global**. 1994.

AZEREDO DA SILVEIRA, Antonio Francisco. Discurso de posse. Resenha de Política Exterior, v. 1. 1975

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mar 2024.

BRASIL. [Decreto nº 11.357/2024] Organograma Ministério das Relações Exteriores 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-prestacao-contas/estrutura-organizational-do-mre-e-dados-de-contato>. Acesso em: 27 mar 2024

BRAGA, Pablo. Democratização, Política Externa e Direitos Humanos: uma releitura do caso brasileiro. Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 15, n. 1, 2020, p. 185-207

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira; CASTRO, Francisco Mendes de Oliveira. 1808-2008 DOIS SÉCULOS DE HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO DO ITAMARATY. [S. l.: s. n.], 2009.

CASTRO, Flávio. **História da Organização do Ministério das Relações Exteriores**. 1. ed. 1983

CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília, Ed. UNB. 2015

CÔRTEZ, Octávio Henrique Dias Garcia. **A política externa do governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia**. Brasília: FUNAG, 2010.

CHEIBUB, Zairo. Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. nº1, pp. 113-131. 1985

DORNELLES, JWR. A Internacionalização dos Direitos Humanos. 2004

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. O Itamaraty e a Política Externa Brasileira: Do Insulamento à Busca de Coordenação dos Atores Governamentais e de Cooperação com os Agentes Societários. **Contexto internacional**, v. 34, n. 1, 2012.

FERREIRA, Túlio Sérgio Henriques. A ruína do consenso: a política exterior do Brasil no governo Figueiredo (de 1979 a 1985). Rev. Bras. Polít. Int. 49 (2): 119-136 [2006]

GONÇALVES, Williams; MIYAMOTO, Shiguenoli. O militares na política externa: 1964-1984. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6. n.. 12. 1993, p. 211-246.

HAXTON, Ivan & SILVA, Camilla. **Seria o fim do preconceito?: a ditadura militar, o Itamaraty e a primeira diplomata negra do Brasil**. Cantareira, 35ª ed. Jul.–Dez, 2021 Artigos Livres. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/49751/29772>. Acesso em: 01 abril 2024

LAFER, Celso. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação** /Celso Lafer. – Brasília : FUNAG, 2018.

LAFER, Celso. O Itamaraty na Cultura Brasileira. In: SILVA, Alberto da Costa; ALVES, Francisco. O Itamaraty na Cultura Brasileira. Brasília: Instituto Rio Branco, 2002.

LAFER, Celso. A ONU e os direitos humanos. **Dossiê ONU e a paz** • Estud. av. 9 (25). Dez 1995
DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000300014>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ea/a/RKQnhmVyfNTkqNpLW8rbQcn/#>. Acesso em: 25 mar 2024

LAFER, A Identidade Internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente, futuro. São Paulo: 2.a edição, revista e ampliada, São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.

LIMA, Sérgio Eduardo. **O PRAGMATISMO RESPONSÁVEL NA VISÃO DA DIPLOMACIA E DA ACADEMIA**. –Brasília : FUNAG, 2018

MILANI, Carlos. Política Externa é Política Pública?. Insight Inteligência.2015 pp. 57-74. Disponível em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/politica-externa-e-politica-publica/>. Acesso em: 30 mar.

OLIVEIRA, Bárbara de Abreu. A redemocratização e a incorporação dos direitos humanos na constituição federal de 1988: o posicionamento do poder legislativo brasileiro com relação ao Tribunal Penal Internacional. 2020. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; NETO, Paulo de Mesquita. Direitos Humanos no Brasil Perspectivas no Final do Século. 1998. Disponível em:
<https://nev.prp.usp.br/publicacao/direitos-humanos-no-brasil-perspectivas-no-final-do-sculo/>Acesso em: 23 mar. 2024.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil 1750-2016**. 2017

RORIZ, João. OS DONOS DO SILÊNCIO: A POLÍTICA EXTERNA DO REGIME MILITAR BRASILEIRO E A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS. **Lua nova**, [s. l.], 2021. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0102-103136/113>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ln/a/v9wN6Ndt8RvF8kTyCkf7KxH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SATO, E.. Política externa do Brasil desde a redemocratização: evolução, mudanças e perspectivas futuras”, Intelligere, Revista de História Intelectual, nº10, pp. 70-90. 2020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em 07/10/2023.

SOARES DE LIMA , Maria Regina. Instituições Democráticas e Política Exterior. **Contexto internacional** , [s. l.], v. 22, p. 265-303, Julho- Dezembro 2000.

SILVA, Ronaldo. Descontinuidades na Política Externa de Direitos Humanos brasileira pós-redemocratização. 2017. Monografia de especialização, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/2703>. Acesso em: 10 out. 2023.

SOARES, Álvaro. **Organização e Administração do Ministério dos Estrangeiros**. 1983

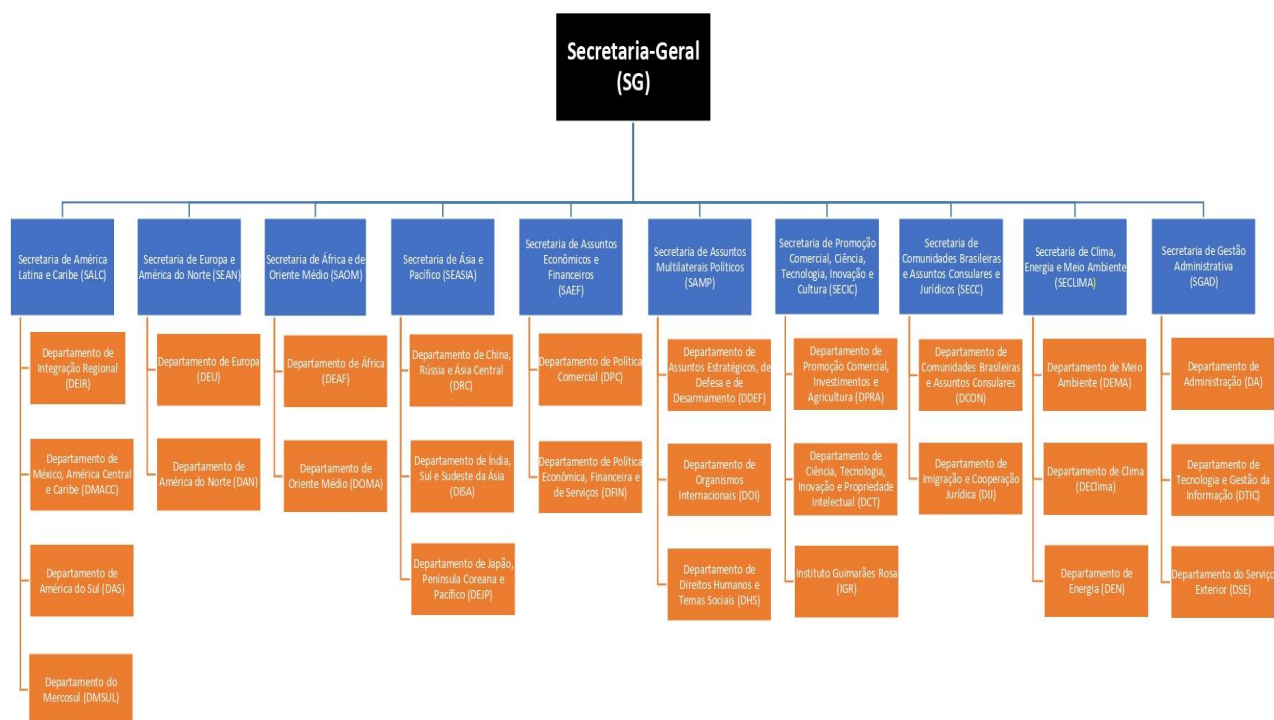
SPEKTOR, Matias. **Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979)**. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000200007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/QYSn8t6CDB9GKtmWFwJznTP/#>. Acesso em: 12 fev 2024

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Política Exterior e Desenvolvimento (1951-1964)**. O nacionalismo e a Política Externa Independente. Revista brasileira de Política Internacional. Brasília: IBRI, v. 37. n. 1, 1995.

VIGEVANI, Tulio; OLIVEIRA, Marcelo; CINTRA, Rodrigo. **Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração**. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000200003>. 2007. Acesso em: 25 mar 2024

ANEXO 1 - Decreto nº 11.357/2024 - Organograma Itamaraty 2024: Secretaria Geral

2/2



ANEXO 2- Decreto nº 11.357/2024- Organograma Itamaraty 2024: Secretaria de Assuntos Multilaterais

